
055ª SESSÃO ORDINÁRIA 14JUN2018

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar o assunto empreendedorismo, trazido pelo Sr. Leandro de Lemos, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Leandro de Lemos e o Sr. Paulo Bruscato, Gerente da Regional Metropolitana do Sebrae/RS, que irão dividir o tempo.

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Secretário Leandro de Lemos e o Sr. Paulo Bruscato, Gerente da Regional Metropolitana do Sebrae/RS, sejam bem-vindos a esta Casa. O Sr. Leandro de Lemos, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, está com a palavra.

SR. LEANDRO DE LEMOS: Em primeiro lugar, boa tarde a todos. Vou tentar ser breve para apresentar um conjunto de ações que estamos liderando para ativarmos a cidade de Porto Alegre, tornando-a mais atrativa, e, sobretudo, para criar um ambiente favorável ao empreendedorismo, à inovação e aos negócios.

Quero fazer uma referência especial ao Paulo, que está aqui presente, do Sebrae, parceiro nesse desafio; também uma referência muito especial ao Ver. Felipe Camozzato, que nos convidou para esta fala; e ao meu amigo Ver. Ricardo Gomes, que também ocupou a pasta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico até meados do ano passado.

A Cidade de Porto Alegre já teve e tem pretensões de se tornar uma cidade pujante em termos nacionais e internacionais. No entanto, o que a gente encontrou foi uma cidade num círculo vicioso de empobrecimento. Os serviços públicos, hoje, são criticados pela

ausência de caixa do Município, o que é apenas a ponta ou a conseqüência de uma dinâmica de uma economia local travada, emperrada e em empobrecimento. Só para os senhores terem uma ideia, em termos de PIB *per capita*, Porto Alegre é septuagésima primeira no ranking das cidades do Rio Grande do Sul. Nós, repito, estamos em septuagésimo primeiro lugar, em termos de renda média, *per capita*, no Rio Grande do Sul, que é um Estado pobre, Estado em crise. Portanto, não temos uma Cidade rica como, supostamente, ainda, no imaginário de muitas pessoas, consta. Há 22 anos consecutivos, Porto Alegre está decadência em seu valor agregado fiscal relativo aos demais municípios do Rio Grande do Sul. Eu reforço que isso é reflexo de uma economia local que está em estado de estagnação e decadência. Se nós formos pegar outros números da participação no PIB do Estado e até mesmo em nível nacional, entre as capitais, Porto Alegre vem perdendo postos continuamente. E a missão de uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico é propor o enfrentamento dessa dinâmica e a ruptura desse processo, migrando, quiçá, para um círculo virtuoso de enriquecimento, de prosperidade da Cidade. E quais são os botões que nós temos de apertar para disparar o processo de crescimento continuado da Cidade. Primeiro o enfrentamento da burocracia. Venho da iniciativa privada e da universidade e minha primeira experiência no setor público, e eu descobri que na máquina do Estado a burrice também é uma ciência, ela é calculada com base científica para não funcionar, para funcionar de forma ineficiente. Portanto, mergulhamos num trabalho gigantesco, num mapeamento de processos – se é que havia, em alguns lugares nem havia –, da estrutura da Secretaria no chão de fábrica, como digo, para entender como funcionavam ou não funcionavam determinados procedimentos no qual o empreendedorismo, desde a abertura de empresas, a atração de investimentos é uma das células. Os processos que envolvem a secretarias estão dentro de escopos bem amplos. A Secretaria é praticamente a integração entre seis Secretarias anteriores – o secretário que aqui está, está trabalhando por seis secretarias anteriores: a Secretaria de Turismo, o InovaPOA, parte fundamental da SMURB, EdificaPOA, a antiga SMIC e o Procon. É um trabalho hercúleo, mas a grande vantagem de ter uma Secretaria integrada é que você vê de forma sistêmica a Cidade, toda a economia da Cidade. Começamos a trabalhar mapeando esses processos, e um dos gargalos que identificamos desde o início foi a questão do processo de abertura de empresas, e hoje estou aqui para relatar já algumas entregas que podemos comemorar e manifestar. Para

se ter uma ideia, mesmo com a crise da Cidade, com a crise do Estado, com a crise do País, mesmo com todos os desafios que tivemos, nós abrimos, os empreendedores abriram, em Porto Alegre, em 2017, 13.326 novos negócios, representando 53% maior que 2016. Nós tivemos um crescimento da abertura de negócios de incríveis 53 %. Dos projetos que envolvem empreendimentos de maior monta nós podemos comemorar já que nós destravamos projetos extremamente importantes de investimentos, como o Cais do Porto, por exemplo, um projeto de R\$ 506 milhões de investimento. Estamos destravando todo o projeto do aeroporto, feito por empreendedores alemães, a Fraport, que é um projeto de investimentos de R\$ 1 bilhão. Projeto importantíssimo, que remete cidade de Porto Alegre dos 8 milhões de passageiros/ano para 22 milhões de passageiros/ano. Estamos falando de uma outra cidade, com novos voos nacionais. De quinze em quinze dias, nos reunimos com a Fraport para mapear essas oportunidades de voos nacionais e logo os voos internacionais, o que nos obriga repensar o turismo na cidade de Porto Alegre devido essa oportunidade, que esse investimento de grande porte está vitalizando a Cidade. E nesta semana, tivemos a felicidade do lançamento do Pontal do Estaleiro, projeto que tramitou desde 1995, e na sua nova versão, desde 2005 na Prefeitura de Porto Alegre. Eu não sei como é que um empreendedor consegue suportar um fluxo de caixa de 13 anos ou de 18 anos, como queiram, nenhum de nós conseguiria. Mas é um projeto que vai trazer 12.200 empregos a Cidade, um projeto que integra um conceito inteligente de saúde, turismo, escritórios, lazer e muitas outras questões que envolvem a região que se tornará ícone para a Cidade. Só que esses projetos dos quais eu estou falando, esses projetos destravados, foram 86, nós mapeamos, importantes para dinâmica, estão destravando R\$ 7 bilhões de impacto econômico na Cidade, repito: R\$ 7 bilhões em impacto econômico na Cidade. No entanto, a cidade de Porto Alegre – e é bom que a Casa tenha esse número em mente, falo agora como economista e não como Secretário –, que tem um PIB de R\$ 68 milhões, precisa, ao ano, de uma geração de renda, em termos de investimento, de R\$ 12 bilhões para ter um crescimento continuado. Esse número é uma taxa de investimento, comparativa ao PIB, que as cidades ditas globais tem como meta; R\$ 12 bilhões, que parece um número gigantesco – e é! – é o número que Porto Alegre deveria perseguir para se tornar uma Cidade próspera em termos de crescimento econômico. Então, mesmo que a gente já tenha destravado sete, nós ainda precisamos de um trabalho muito maior, e esse trabalho começa desde a

miniatura dos processos, da filigrana dos processos, como o de abertura de empresas, o qual eu vou relatar, faço questão de ler algumas entregas: desde setembro de 2017, nós já temos a entrada única de documentos através da integração com Junta Comercial. Isso significa que após a constituição da empresa, qualquer requerente pode fazer um *upload* dos documentos que são necessários para complementar o licenciamento e não precisa mais reintegrar RG, CPF, ISS, porque nós já conseguimos, com sucesso, fazer uma integração da documentação por via eletrônica. Quando nós chegamos, nós tínhamos um passivo de 923 pedidos de viabilidade econômica para abertura de empresas; repito: tínhamos 923 empreendedores esperando na fila, pacientemente, que a Prefeitura acordasse. Hoje posso dizer para os senhores que nós temos zero! Que em 24 horas nós temos o EVU, o estudo de viabilidade para a abertura da empresa, examinado – em alguns casos, um pouco mais, 48 horas, quando o empreendimento implica questões de risco. Nós já temos também como ganho o alvará de ponto de referência isento de documentação, o processo de licenciamento já é autodeclaratório, isso é um grande ganho para o empreendedorismo na Cidade. Como eu já disse, tivemos 53% de aumento, esse é um número fantástico, tem que ser muito comemorado pelo empreendedorismo, o aumento de abertura de empresas, e mapeando essas empresas, nós temos os dados econômicos mostrando que elas não são empresários que estão abrindo negócios exatamente por causa da crise, num desespero, tentando fazer alguma coisa para sobreviver. A maior parte dos empreendimentos são empreendimentos que geram empregos de quatro a doze funcionários, e uma parte bastante significativa, mais representativa na área de saúde. Porto Alegre está cada vez mais se consolidando como *cluster*, um ecossistema de saúde. Alguns números também são importantes para deixar algumas marcas que a consulta de viabilidade econômica, a consulta de nomes na Junta Comercial, nós já temos, tanto para baixo risco, médio risco, alto risco, dois dias para consulta.

Resumo da ópera: desde a consulta da viabilidade, até incluindo alvarás da vigilância sanitária, da SMAS, nós já conseguimos uma redução de quase 50% do tempo de abertura, e estamos fazendo um trabalho de integração continuado com a Junta Comercial, com o próprio Sebrae, com o Corpo de Bombeiros, para em breve estarmos anunciando avanços mais inusitados ainda do que esses que apresentei. Temos algumas questões com o PPCI, do Corpo de Bombeiros, quando envolve alto risco, que implicam

uma certa análise mais demorada para abertura de empresas de alto risco. Isto é verdade, mas o avanço na digitalização para abertura de empresas é realmente uma conquista já consolidada, mas não satisfeitos estamos em busca de outros avanços. E a minha meta é quando finalizarmos a gestão, conseguirmos todo processo de abertura de uma empresa, registro da empresa, registro de ISS, e abertura do alvará em horas, por meio digital. É isso que nós estamos trabalhando no processo de abertura de empresas. No que tange ao desenvolvimento de negócios da Cidade, da abertura quando precisamos partir para negócios, nós temos várias características de negócios internos dentro da cidade de Porto Alegre, é uma cidade híbrida, nenhum dos setores consegue atingir mais de 4% do PIB, isto é bom para a cidade. Muitas vezes os cobram qual a marca da economia da cidade? é uma economia altamente diversificada, mesmo no *cluster* de serviços, se nós olharmos, vamos ver que nenhum tipo de serviço ocupa mais de 4%. É bom, está diversificado porque nenhuma dessas empresas ao sair da cidade impactará algum tipo de perda para a dinâmica da cidade, apesar de sempre lastimarmos quando isso acontece. No campo do desenvolvimento das empresas, temos desde de programas para as *startups*, no *poa.hub* temos um *pool* de espaços de *coworking* gratuitos em parcerias com a iniciativa privada, com universidades, onde as *startups* têm o ambiente propício para encontrarem o seu desenvolvimento, fazerem planos de negócios. No plano que se refere às economias chamadas setores, como turismo, estamos trabalhando, como já disse, forte com a Fraport, com o Caís do Porto, com o que chamo de economia da orla, que é todo esse conjunto de atividades que estão nascendo somadas às já existentes para fortalecer um produto turístico de alta qualidade para a cidade de Porto Alegre. estamos trabalhando uma questão que envolve o combate ao comércio ilegal. Nesse exato momento, estou numa outra reunião – isso a gente aprende quando está no setor público, a estar em dois ou três lugares ao mesmo tempo –, com o Secretário Kleber Senisse, obviamente representado pelo meu Diretor, trabalhando no projeto de integração ao combate ao crime ilegal em Porto Alegre que se tornou realmente um problema dramático, não só da cidade, mas também do Brasil, devido ao controle das operações pelo PCC em São Paulo de quase todo o contrabando existente no Brasil, somado ao contrabando de armas, de pessoas, de órgãos, de negócios, dos negócios que eles diversificaram. Nós temos um projeto também para a nova Rua da Praia, para o 4º Distrito, e acabei de vir de uma reunião com o Banco Mundial, no qual

estamos tirando do campo dos sonhos o 4º Distrito. Um plano de negócios para atração de investimentos na Cidade, alguns já estamos conseguindo, como a duplicação da fábrica Kley Hertz, investimento de 60 milhões de dólares na região, e outros que aconteceram como Audioporto, Hype Studio, que estão indo para a região, já estão presentes na região e estão aumentando e ampliando os seus negócios. Portanto, no campo da inovação e da tecnologia, estamos trabalhando forte. Esta semana está chegando, mais uma vez, o Piqué no projeto que trabalhamos pela aliança da inovação com as universidades, que passa pelo protagonismo da nossa Secretaria. Nós respeitamos e queremos que o empreendedorismo inovador na Cidade prospere cada vez mais, porque também essa é uma das nossas marcas econômicas.

Eu já recebi aqui o cartãozinho do tempo! Temos muito a falar, como a Secretaria é grande, isso é bom também, muitas ações estão sendo feitas. Existe um mecanismo de empreendedorismo com parceria público-privada, que envolve os próprios da Prefeitura que estão hoje locados para atividade comercial. Eles também estão sob a gestão da nossa Secretaria, como o Mercado Público, o Viaduto Otávio Rocha. Eu brinco que eu sou o maior lojista da cidade de Porto Alegre, o que é uma aberração. Nós precisamos requalificar, revitalizar, restaurar, recuperar não só o arquitetônico, o urbanístico, o cultural desses espaços, mas, sobretudo, nós necessitamos fazer a revitalização jurídica, legal e econômica desses espaços que estavam à deriva, afundando cada vez mais em um processo de degradação profundo.

Eu não posso encerrar, não como Secretário, mas como economista, sem relembrar uma importante missão que esta Casa tem, a Casa do Povo, no que se refere aos projetos que foram encaminhados pela Prefeitura, pela gestão, que são projetos da Cidade que envolvem o reequilíbrio das finanças do Município. A ciência econômica ensina que, em nenhum lugar do mundo, mesmo nos mais liberais, você tem uma trajetória econômica que não comece pela resolução de déficits públicos. Isso é uma busca incessante do mundo hoje, seja ele mais à esquerda, ou mais à direita. Não se trata de posicionamento ideológico nem de compromisso ao campo e matiz partidária, mas, sim, de uma equação econômica. Quando uma unidade da economia, e no caso o Estado é a principal, lá no cálculo do PIB - consumo, mais investimento, mais gastos do Governo, mais importação, menos importação, isso gera o PIB de qualquer lugar mundo – quando o G, que representa o Governo, está negativo, ele puxa o PIB para baixo; ele deveria estar, no

mínimo, zerado, para equilibrar. Então, se queremos que a cidade de Porto Alegre volte a crescer, essa célula que está doente precisa ser corrigida, porque se não iniciarmos por ela, não conseguimos nem tornar a Cidade mais atrativa, mais limpa, mais iluminada, menos esburacada, mas, sobretudo, fazer algo que é invisível para o cidadão comum, que se chama economia e que essa equação volte ao equilíbrio. No momento em que há um déficit, há um negativo no gezinho do PIB, nem as famílias conseguem compensar através do consumo, muito menos os investimentos conseguem compensar, porque isso não para o derretimento das finanças públicas nem numa economia planificada, nem numa economia totalmente aberta, numa economia de mercado. Então, não posso deixar de fazer esse reforço, não mais partidário, mas intelectual, de que a economia da Cidade precisa voltar a crescer, e o ponto número um é o equilíbrio das finanças públicas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Muito obrigado, Leandro de Lemos, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, pela sua explanação.

O Sr. Paulo Bruscato, Gerente da Região Metropolitana do Sebrae/RS, está com a palavra.

SR. PAULO BRUSCATO: Senhoras e senhores, muito boa tarde; em nome do Sebrae agradeço pelo convite, Ver. Felipe Camozzato, pela oportunidade de estarmos aqui debatendo esse importante tema. Vejo, também, o Ver. Adeli Sell, que é um entusiasta do tema, que muitas vezes se emparceirou com o Sebrae, e nós, também, com as visões propostas por ele na caminhada do fomento ao empreendedorismo. Um cumprimento especial também ao Leandro de Lemos, que, junto conosco, não só nos apoiando, como também aderindo às nossas visões estratégicas, vem à frente da parte do desenvolvimento econômico da Prefeitura, propondo uma série de projetos, uma série de programas. E aproveito para cumprimentar, então, todos os Vereadores e lideranças desta Casa, bem como a quem nos assiste. O que me proponho aqui é dividir com os senhores a reflexão estratégica sobre empreendedorismo, que o Sebrae, nos últimos três anos, vem adensando. Já tem uma certa caminhada, a gente já tem alguns anos de Sebrae, e o Sebrae sempre militou, envolto à causa do empreendedorismo. Nos últimos

três anos, fizemos algumas reflexões estratégicas, que me permito dividir rapidamente com os senhores aqui, bem como trazer alguns projetos que estão em andamento, algumas ações que estamos desenvolvendo, à tona, para conhecimento, certo? Uma das principais reflexões que fizemos, e aí culminou nessa marca do empreendedorismo que transforma, é entendermos que as dimensões de competitividade que temos no Estado e no Brasil – porque o Sebrae é um órgão nacional, mas aqui, principalmente – se subdividem. E como que a gente coloca a máquina do sistema, do Sebrae, na ocasião, à disposição disso, a ponto de, efetivamente, gerarmos uma transformação para a nossa sociedade, para o nosso cenário socioeconômico? Bom, tendo isso como uma reflexão, a gente entendeu, que, efetivamente, precisamos ter programas e projetos que deem conta das dimensões competitivas sistêmicas, estruturais e empresariais, no que tange à competitividade. Para tanto, nos estruturamos estrategicamente. Hoje, nós temos uma dimensão de políticas públicas que foi adensada, revisada e mira muito nessa dimensão sistêmica do empreendedorismo. Ano passado, atendemos perto de 175 mil empreendedores no Estado do Rio Grande do Sul, aqui em Porto Alegre por volta de 15 mil, 20 mil empreendedores, e isso é bastante gente; são muitos negócios que dependem muito desse ambiente sistêmico para que possam prosperar. Para tanto, sugerimos uma série de projetos, sendo que um deles o próprio Leandro já comentou, mirando no indicador de tempo de abertura de empresa – isso acontece no Estado inteiro, aqui em Porto Alegre estamos avançando bastante. Então esse é um indicador que, através da parceria com o Poder Municipal, nós entendemos e colocamos à disposição, em conjunto com a Junta Comercial, também toda uma inteligência e consultorias focadas nisso, de modo a gente entender como esse sistema interage, entender também a visão da Prefeitura e das possibilidades de a Prefeitura avançar nesse sistema, e, a partir daí, traçarmos planos de ações bem estruturados de modo a avançarmos.

O Leandro comentou um pouco, a gente já está bem estruturado; tempos de aberturas de empresas, hoje, já são consideravelmente razoáveis, comparado a todo Estado do Rio Grande do Sul e até em nível de Brasil. As dimensões de secretarias e de estruturas que interagem com esse processo também estão todas organizadas; reuniões e uma série de fóruns são montados com consultores. Uma das últimas reuniões que tivemos, inclusive uma metodologia de projeto através de uma ferramenta chamada *project builder*, que muitos de vocês devem conhecer, está à disposição da Prefeitura junto como Sebrae,

com a nossa equipe também, para que possamos, cada vez mais, dar um pragmatismo, e quem ganha com isso é o empreendedor.

Esse é apenas um projeto. Tem o projeto da sala do empreendedor que, também, a gente está estruturando, que é um meio físico onde o empreendedor não só tem ali a dimensão de redução do seu tempo de abertura, mas todos os serviços necessários para isso, mas também pode ter acesso a qualificações que o Sebrae mesmo pode oferecer em nível digital e presencial. Então, em apenas uma situação, da dimensão sistêmica, onde o Sebrae atua e que permeou muito essas estratégias de entender como é que a gente transforma realmente o ambiente empreendedor. Para tanto, a participação do Poder Público é fundamental nesse processo, bem como toda a movimentação da máquina no entorno.

Existe uma outra dimensão que cabe dividir com os senhores também e trazer à tona a reflexão que é a dimensão das cadeias produtivas. Sobre essa dimensão mais estruturante, o Sebrae faz alguns estudos, entendendo quais são as principais locomotivas produtivas que existem no Estado do Rio Grande do Sul, que obviamente permeiam também Porto Alegre. A partir daí entendemos os aglutinados e os coletivos de micro e pequenos empreendedores que fazem parte dessas cadeias produtivas; em cima disso, botamos projetos, estruturamos desafios para que, no valor adicionado, que anda dentro dessa cadeia, possamos realmente fazer a diferença. Aqui temos uma série de exemplos que posso trazer para vocês: na semana passada mesmo, estávamos em uma discussão de um ativo do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, muito interessante, que é o segmento de *games*. Estamos levando esse agrupamento de empresas para a Alemanha, em uma feira internacional. Fizemos uma série de qualificações para esses empresários no que tange à esfera empreendedora, a ponto de entendermos que, sim, existe em Porto Alegre um agrupamento de empreendedores que milita nesse segmento e que tem a capacidade de atração e de elevação do valor adicionado a essa cadeia aqui em Porto Alegre. Então, esse é apenas um exemplo; temos outras cadeias mais tradicionais como metalomecânica, moda, móveis. Entendemos essas cadeias, aglutinamos microempreendedores no entorno, entendemos o elo que eles ocupam dentro dessa cadeia, e, a partir daí, alavancamos qualificações para esses empreendedores para que prosperem dentro dessa cadeia. Muitas vezes é entender como é que a gente, inclusive, engorda esse bolo da cadeia produtiva, como é, por

exemplo, o caso dos *games*: a gente vai para a Alemanha para atrair investimentos para esses empreendedores para que eles possam aumentar o bolo no valor adicionado da cadeia que nos tange aqui. Por último, a última dimensão competitiva, que é uma dimensão empresarial – esse é o grande DNA do Sebrae –, é fazer o processo de qualificação empreendedora, de gestão, de inovação, de tecnologia, de instrução ao acesso a crédito. E aí nós temos um manancial de soluções que vimos disponibilizando aos empreendedores, como comentei anteriormente, nós atendemos, só em Porto Alegre, mais de 20 mil empresas, perto de 24 mil empresas. Então, nesse campo é entender a modelagem de negócios dessas empresas, é entender as dimensões de gestão, é entender a agregação de valor via tecnologia, via inovação, e, a partir daí, fazer uma qualificação organizada para que esse empreendedor possa prosperar nesses ambientes territoriais, como eu falei para vocês, de competitividade sistêmica, bem como nas cadeias produtivas. Então, esse é um modelo estratégico do Sebrae, atuar nas três macrodimensões competitivas e fazer com que o empreendedor, em última análise, prospere em todos os seus ambientes. Nessa dimensão empreendedora individualizada, empresarial, eu diria, nós, inclusive, montamos um estúdio dentro do Sebrae há uns dois anos, onde nós produzimos uma série de soluções digitais onde o empreendedor não precisa mais sair da sua empresa para acessar as qualificações. Ali no ambiente digital, no nosso portal de negócios, o empreendedor pode montar o seu próprio roteiro de qualificação e oportunamente chamar uma assessoria do Sebrae que nós vamos até o encontro desse empreendedor. Então, rapidamente, esse é o universo em que o Sebrae vem atuando, é a forma como nós fomentamos o empreendedor, é a forma como nós efetivamente fazemos com que o empreendedor possa ser mais transformador na sua comunidade, possa ser mais relevante para sua sociedade.

Para finalizar, a gente vem com alguns trabalhos estruturantes, que dão sustentação a todas essas dimensões que eu falei para vocês, e nós vimos fazendo alguns trabalhos muito fortes na formação de governança. Eu acho que é bem oportuno eu finalizar a minha fala comentando isso com vocês, porque o capital social é necessário para que o empreendedorismo efetivamente seja o motor da economia e o é. Ele é fundamental, e ninguém faz isso sozinho, nós temos a plena convicção disso. Então o Sebrae é um agente, é uma peça dentro desse tabuleiro de governança para formar esse capital social junto com a Prefeitura, com o Legislativo também, com o terceiro setor, as entidades de

classe, e o empresariado individual. Nós estamos com um programa chamado Programa Líder na fronteira sul do Estado, que está fazendo um trabalho já mais numa esfera de programa, onde nós estamos articulando toda essa governança, ajudando nessa articulação de modo que a sociedade possa criar esse capital social e possa se servir de alguns projetos que o Sebrae tem à disposição, alguns projetos que as próprias prefeituras, no caso, aqui em Porto Alegre, o Leandro já detalhou aqui uma série de projetos, que nós possamos efetivamente unir esforços, porque hoje é cada vez mais desafiador, mesmo para entidades do próprio Sebrae, mesmo no âmbito governamental como o Poder Público, muitas vezes, puxa à frente, é cada vez mais difícil fazermos algo sozinhos. Então, urge de nos unirmos, de compilarmos essa governança, a ponto de efetivamente colocarmos na mesa todos os projetos que são relevantes para a sociedade e fazermos a dita transformação. Então, é muito importante esta pauta, Ver. Camozzato, porque dá para chamar de um *keep coffee* de Porto Alegre, não que tange aos projetos, porque isso tem muita coisa andando, mas no que tange mais à governança geral. São muitos papéis a serem ocupados, todos nós somos necessários nessa caminhada. Meu muito obrigado pela oportunidade, ficamos à disposição.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Muito obrigado, Paulo Bruscato, Gerente da Regional Metropolitana do Sebrae/RS. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, Ver. José Freitas, quero saudá-lo; saudar o Leandro de Lemos, o gerente regional da Região Metropolitana do Sebrae, Paulo Bruscato. Eu não poderia deixar de aproveitar a oportunidade, até porque o Secretário falou de empreendedorismo, que todos concordamos, mas ao mesmo tempo falou do Executivo. Eu pergunto ao Secretário Leandro: como conciliar o empresário com empreendedorismo? Eu era Deputado e empresário e, na Assembleia, pediam para não votarmos aumento de impostos. Eu venho para a Câmara de Vereadores, e o empresário quer que aumente impostos. Eu não estou entendendo. Como vai se fazer empreendedorismo pagando todos esses impostos no Brasil? No início V. Sa. disse que a cidade de Porto Alegre é pobre e nós temos que aumentar impostos para esta sociedade,

a mesma que quer empreender. Aí fica difícil, muito difícil. O empresário se acostumou, os grandes empresários, Paulo Bruscato, ir ao BNDES, com juros de 0,60, 0,70, e as grandes nem pagam, mas o pequeno vai no banco particular e tira a 8%, 10% ou até a mais por cento nesse banco pequeno, Mendes Ribeiro. Como empreender assim neste País? Aí ele faz um empreendimento, abre uma pequena loja, tem que pagar o IPTU, condomínio, tem que pagar tudo! Como ele vai empreender? Tem muita gente boa que quer empreender, Alex, na Cidade, mas não consegue. Temos burocracia, impostos, juros estratosféricos. Eu acho que a vontade do Secretário é toda a vontade que nós gostaríamos de ter, que o brasileiro gostaria de ter, mas como empreender num País corrupto, da roubalheira e dos impostos lá em cima?! E os bancos são os que mais faturam, em todos os governos, para não dizer que nós estamos lembrando somente de uns. Muita gente quer empreender, não só em Porto Alegre, Ver. Adeli. Muita gente! Mas não conseguem. Nós vamos ter que tomar uma decisão aqui.

Quero deixar bem clara a minha posição, que foi na Assembleia e continua sendo aqui. Lá sempre votei contra aumento de impostos, e agora, na gasolina, apareceu a votação de 25% para 30%, que vale até o final do ano, e nós queremos saber quem vai aumentar impostos no ano que vem quando se reeleger ou quando se eleger para a Assembleia. Isso o cidadão tem que saber! O cidadão tem que saber quem é que vai aumentar impostos. Os governadores têm que se comprometer: vão aumentar impostos? Tem que dizer. Na campanha tem que ser desmistificada essa questão.

É muito difícil empreender neste País. Os mesmos empresários que vêm aqui iam na Assembleia e pediam para nós: “Não aumentem os impostos, pelo amor de Deus!” Agora está uma campanha, ligam para a gente pedindo para nós aumentarmos impostos no Município de Porto Alegre, os mesmos que iam na Assembleia dizer que nós não poderíamos aumentar impostos. Olha, sem dúvida, fica muito difícil. Que País complicado! O BNDES já abriu – e há muito tempo eu falo isso, mas está muito longe daquilo que nós esperamos – linhas de crédito para o micro, pequeno e médio empresários com esse juro de 0,70, porque muitos grandes empresários não pagavam e não vão pagar. Eu tenho a relação do Badesul, do Rio Grande do Sul, quando eu era deputado, no Governo Tarso, e mais de oitocentos milhões não pagaram, porque não tinham garantia. Quem não tem garantia não paga. É Fundopem, é fundo disso e fundo daquilo, os grandes empresários... E o micro, o pequeno e o médio? Então eu quero encerrar com essa indignação. Este não

é um País sério, já disse Charles de Gaulle. Um país que taxa os pequenos, ajuda os grandes que são gigolôs dos governos, mamam nas tetas dos governos, seja estadual, municipal ou federal, e devolvem muito pouco para a sociedade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós fizemos, dias atrás, um debate, Camozzato, exatamente com os nossos dois visitantes de hoje, aqui na TVCâmara, sobre esse mesmo tema do empreendedorismo. Eu sou obrigado a começar com uma citação de um positivista, Auguste Comte, podem achar estranho, mas sou obrigado a citá-lo. Ele diz o seguinte: “O progresso não é mais do que o desenvolvimento da ordem.” Eu sou obrigado a concordar. O problema das cidades, principalmente das cidades modernas, e Porto Alegre é um exemplo típico disso, é a desordem. Nós precisamos ter um serviço público organizado, como disse o Leandro, o bom economista, sistêmico; precisamos ter segurança jurídica. E com as atuais posições de alguns tribunais, mesmo com a força normativa da Constituição, nós não temos segurança jurídica. Há prolações muito variadas sobre os mesmos temas. Por isso que quando Auguste Comte diz que o progresso não é mais do que o desenvolvimento da ordem, ele está certo. Porto Alegre começou a ser uma cidade desordenada e é por isso que entrou nessa barra funda em que se encontra hoje. Por isso sou obrigado também a fazer uma citação de Peter Drucker, que diz que a simplicidade tende ao desenvolvimento; a complexidade à desintegração. Exatamente. Se eu coloco complexidades, burocracias, uma linguagem inacessível, um *site* de um órgão da Prefeitura que é inacessível na frente do empreendedor, eu estou colocando diante dele complexidade, e isso leva à desintegração, isso não leva á organização.

Leandro, na semana passada, quinta-feira, eu sou aluno de Direito da Fadergs, recebemos o Christian, responsável pelo ISS na Prefeitura, e dois outros assessores. Foi uma discussão importantíssima porque no núcleo de ações coletivas da Fadergs nós estamos discutindo um tema um tanto quanto novo, porque é com base numa legislação que tenta organizar nacionalmente os salões de beleza, o dono do salão e os

profissionais parceiros. Imaginem, as senhoras e os senhores, quanto profissionais, durante anos, anos, e anos, estiveram sem pagar previdência, numa situação completamente irregular, sem a devida contratualização. E mais uma vez eu falo da questão da simplicidade *versus* complexidade. A Superintendência Regional do Trabalho não tem opinião sobre isso; estamos consultando Brasília. Ora, a lei é clara: na ausência do sindicato laboral, quem tem que fazer a avaliação dos contratos é a Superintendência Regional do Trabalho. A Prefeitura, no caso o pessoal da Fazenda, em boa hora achou conveniente esse debate. Leandro, vou convidar – vou falar com a professora hoje, temos uma reunião às 17h – o senhor para ir também, para que a gente possa fazer desta Cidade uma cidade com capilaridade do pequeno ao grande, ao profissional parceiro à Fraport, desde o pequeno profissional de uma oficina mecânica numa esquina de uma vila ao Estaleiro Só. A economia da orla, como V.Sa. nominou, ou como faz o Sebrae. Nós não precisamos buscar consultorias mirabolantes. Eu falei aqui, várias vezes, que certa consultoria que foi contratada pela Prefeitura iria trazer problemas. O Sebrae vinha, em boa hora, trabalhando um conjunto de questões... É prata da casa, Ver. João Bosco Vaz, já uma instituição nacional e estadual. Vamos juntar as nossas forças e fazer o melhor, não é o modismo que resolverá os nossos problemas, mas a ousadia na simplicidade, a determinação para arrumar a casa, colocar em ordem. A desorganização de Porto Alegre começou, na minha opinião tem um ponto de clivagem, no dia 8 de março de 1970, às 20h30min, quando o último bonde parou, no Centro de Porto Alegre, e foi substituído por um outro tipo de modal, que está trazendo os problemas que nós estamos vendo hoje. Não é incompatível, Freitas, o uso do bonde com o BRT, haja vista Portugal. E há muitos debates para serem feitos. Eu não me oponho a algumas questões que a atual gestão coloca, o que eu quero é abertura para debates. Na segunda-feira, estive aqui o seu colega, Bruno Vanuzzi, discutindo a PMI do Mercado. Nós queremos discutir o processo no Parque Harmonia. Eu já disse, vou dizer aqui, alguns vão ficar bravos, especialmente um colega Vereador que defende algumas coisas indefensáveis sobre o Parque da Harmonia. Pena que ele não está aqui hoje, pois eu o chamaria ao debate. Poderá não ser uma brastemp, mas que será melhor do que a condução do MTG será, eu tenho certeza de que será. Será! Não tenha dúvida Tarciso, não tenha dúvida de que será. Para concluir, Freitas...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Esse conhecia as coisas. Não falava bobagem. Vou ter de me valer, de novo, de um liberal, Adam Smith: a riqueza de uma nação se mede pela riqueza de um povo. Nós precisamos ter capilaridade, nós não podemos fazer uma clivagem entre um grande empreendedor – Aeroporto, Fraport – e um salão de beleza. Eles compõem a economia viva de uma Cidade e é assim que espero, Leandro, que V. Sa. como bom professor de economia, junto com o pessoal do Sebrae, com o Paulo, a quem devo uma visita nas novas instalações, mas não faltará oportunidade - prepara o café, porque esse é nosso combustível também -, faremos grandes debates. Começamos dias atrás na TVCâmara, estamos hoje aqui, há outros roteiros a serem feitos. Nós, sem preconceitos, com determinação e não achar que quando você passa num cargo como passei na vossa Secretaria, Leandro, fez tudo, e que fez tudo certo. Acho que fiz boas coisas, e muitos que passaram depois deram algum nível de continuidade. Espero depois, em outras oportunidades, poder colaborar, seja com a vossa Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, seja com a simpatia e o apoio que sempre dei às ações do nosso Sebrae. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Esta quinta temática foi inclusive sugerida inicialmente pelo Ver. Adeli logo após nosso debate na TVCâmara na semana passada, e nos faltou tempo naquela ocasião para falar tudo o que gostaríamos sobre empreendedorismo. Essa é uma pauta que Porto Alegre carece bastante, e eu fico muito satisfeito ao ver profissionais como vocês vindo à Câmara, nos brindando com essas exposições e permitindo que a gente possa aprofundar um pouco mais o tema. O empreendedor é a força motriz do desenvolvimento, e é preciso ficar muito claro isso. Acho que nas falas, tanto o Secretário Leandro quanto do gerente geral do Sebrae isso ficou bem claro: como força motriz do desenvolvimento é importante que a gente dê a devida condição para que ele possa

exercer o seu papel de agente social e promova a geração de riqueza e de empregos em consequência do aumento de arrecadação do Município. Eu vejo este debate que o Ver. Cassiá – que, infelizmente, agora não está aqui no plenário – trouxe à tribuna, me parece que quando vem um aumento de imposto é porque fomos lentos demais. Lentos demais em fazer os cortes de gastos a tempo de não precisar de aumento de imposto; lentos demais em permitir que o empreendedor seja ainda mais apto a conseguir dar a sua contribuição; que possamos cada vez mais ter uma economia pujante, que arrecada mais e, portanto, oferece melhores condições econômicas para que o Município se desenvolva. E faço questão de destacar que falo isso como alguém que é totalmente contrário ao próprio projeto do IPTU que a Prefeitura apresentou. Mas é preciso fazer essa ponderação para que tenhamos um debate, acredito que justo, sobre o tema. Recentemente, esta Câmara aprovou a nova lei dos *food trucks*, acho que é um projeto que veio, desde o ano passado, sendo construído pela Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desburocratização, teve a participação de todos os Vereadores da Casa – destaco especialmente os que compõem a Frente Parlamentar –, teve a participação da Prefeitura de Porto Alegre, teve a participação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, eu mesmo estive lá em reunião com o próprio Secretário e sua equipe em algumas ocasiões – mesmo antes, quando o Secretário era o Ver. Ricardo Gomes. Acho que esse é um avanço interessante, espero que agora a gente tenha a sanção do Prefeito e possa, o quanto antes, estar tocando isso adiante, uma pauta bastante importante para a Cidade que é a gastronomia itinerante de Porto Alegre. Quero saudar também o Sebrae, na condição de um agente que promoveu e tem promovido em Porto Alegre alguns avanços fundamentais. O Sebrae é uma das entidades que está por trás do programa Simplificar, que ainda deixou aí diversas informações para a Prefeitura, que vem sendo trabalhadas; culminou também com a Sala do Empreendedor, tenho certeza de que é um dos agentes responsáveis por essa queda no tempo de abertura de empresas no Município. Especialmente expressivo o número de empresas sendo abertas, que o Secretário Leandro trouxe, sobre o qual eu prontamente já tuitei e faço questão de comunicar. Aliás, todas essas pautas com relação ao empreendedorismo e desenvolvimento econômico eu tenho feito questão de falar nas minhas redes sociais, de dar a devida atenção, porque eu acho que isso deveria estar muito mais no centro do debate porto-alegrense do que propriamente as consequências da falta de foco no

empreendedor causam para a Cidade, que é esse déficit de contas públicas, que é essa degradação na nossa cidade, que a gente vê: muitas lojas fechadas, muito “aluga-se” por aí, que é muito do esquecimento que nós também, Parlamentares desta Câmara, em diversas legislaturas, tivemos por não dar a devida atenção e permitir que Porto Alegre fosse mais competitiva, permitir que a gente pudesse ter impostos mais competitivos e pudesse concorrer com os empreendimentos que hoje trocam Porto Alegre por outras capitais brasileiras, que trocam Porto Alegre pela Região Metropolitana, mas que poderiam estar desenvolvendo ainda mais a nossa economia, trazendo mais ofertas de produtos e serviços para a Cidade e para o seu cidadão.

Quero deixar um pedido, aproveitando a presença do Secretário: logo depois que eu publiquei a estatística de que Porto Alegre está 71º no *ranking* do Rio Grande do Sul em PIB *per capita*, já vieram alguns questionamentos de, se existe uma série histórica, dos últimos cinco, dez anos, como Porto Alegre vem se comportando com relação a isso e, ao mesmo tempo, como vem sendo o número de empresas abertas, ano a ano, nos últimos anos. Algumas pessoas que estudam o tema de empreendedorismo queriam ter mais desses dados, então também aproveito este tempo para fazer esse pedido, se tiver à disposição.

No mais, quero colocar o meu mandato à disposição desses trabalhos a favor do empreendedorismo, a favor da desburocratização, e chamar atenção dos colegas Vereadores que temos tramitando, neste momento, na Casa Legislativa, uma proposta de comissão especial de modernização legislativa, para tratar justamente dessas questões de desburocratização, que já vinham sendo tratadas por diversos Vereadores desta Casa num âmbito institucional mais adequado, que permita dar mais agilidade para as revogações, consolidações de legislação e tudo mais que Porto Alegre tanto precisa para que possamos ser mais competitivos e uma Cidade amiga do empreendedor. Agradeço novamente a presença do Secretário, do Paulo Bruscato e dos colegas Vereadores que estão participando deste debate. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato. Registro a presença da nossa republicana, professora, ex-vice-prefeita de Canoas, Beth Colombo, seja bem-vinda a esta Casa; também da minha amiga Rosi, republicana, representando a

assessoria do Vereador César, também republicano de Canoas; e do nosso Presidente do PRB, Professor Leonardo, esposo da Beth Colombo. Sejam todos muito bem-vindos a esta Casa.

O Sr. Leandro de Lemos está com a palavra para as suas considerações finais.

SR. LEANDRO DE LEMOS: É um grande privilégio, uma grande honra estar aqui nesta Casa e estar desfrutando este momento dessa complexidade, que são as diversidades e convergências de opinião a respeito do tema e de outros que envolvem a cidade de Porto Alegre. Sem dúvida a gente tem que fazer um “xô” ao baixo-astrol na Cidade, eu acho, porque também tem muitas coisas bacanas, bonitas, legais acontecendo, sobretudo no empreendedorismo. Nós temos *startups* premiadas no mundo, pessoal! Não vou citar para não fazer propaganda, mas são premiadas como as mais influentes do mundo. Eu venho da área da tecnologia de inovação, de uma universidade que tem foco nessa área, visitei várias cidades do planeta, eu sou conselheiro da cidade de Barcelona há 14 anos consecutivos, me honra dizer isso, não tem nenhum mérito pelo sucesso da cidade de Barcelona, mas fui um aluno atento, pelo menos, sei o que fizeram lá. E Porto Alegre não deve em nada a muitas cidades do planeta, em muitos locais, inclusive, a gente encontra muitos porto-alegrenses lá nessas cidades, liderando movimentos interessantes, e sem dúvida nenhuma a Câmara de Vereadores e os senhores têm um papel extremamente importante na história da Cidade, em coisas legais, bacanas que a Cidade está acontecendo para abertura de novos negócios, para o desenvolvimento e a prosperidade da Cidade. Quando eu coloquei ao Ver. Cassiá Carpes que a cidade de Porto Alegre está num processo, num círculo vicioso de empobrecimento, são os números que mostram esse empobrecimento, e é claro que também nesse empobrecimento é visível na cidade uma assimetria de riquezas, onde nós temos em torno de 200 mil pessoas em condições de pobreza, para uma população de 1,5 milhão, e também temos uma classe com bastante elevado nível de renda. Então, ela também é mal distribuída em termos espaciais do seu desenvolvimento urbanístico e econômico. Bom são os dados que mostram esse *ranking* da cidade de Porto Alegre. Quanto aos *rankings*, Ver. Camozzato me comprometo de entregar as informações referentes. Mas comemoramos o aumento de 53% no número de abertura de empresas, mais de 13 mil empresas. No ano anterior, é só fazer um cálculo inverso, de cabeça, temos menos de 9 mil empresas abertas em

2016, e mais 13 mil em 2017. O que mostra que, contrário ao que o Ver. Carpes colocou, sim, Porto Alegre é atrativa para o empreendedorismo, está muito ativa, os jovens, sobretudo, estão com o apetite elevado de empreender. E por aqui pela Casa passam vários dos projetos. Eu sou um assistente dos vários senhores presentes. Vejo ali o Ver. Bosco, eu me recordo de estar assistindo um programa seu sobre um importante trabalho junto ao esporte que é feito em nível das comunidades, e existe um empreendedorismo. A cidade de Porto Alegre não acordou muito ainda, por essa bandeira que o senhor levanta, do empreendedorismo e da importância da economia do esporte para a geração de emprego. Várias cidades do mundo trabalham esse vetor como estratégico para a própria cidade, para a inserção social, para o desenvolvimento humano e para o desenvolvimento econômico da cidade, tornando-se inclusive polos turísticos, exatamente, pelo esporte. Porto Alegre tem esse potencial de ter dois campeões do mundo, dois estádios padrão FIFA e, ao mesmo tempo, um paradoxo de, na periferia, a gente ter potenciais atletas desassistidos, e há uma rede econômica que precisa ser reconstruída. Depois de ter visto esse seu programa, imediatamente solicitei à minha equipe de assessoria econômica da Secretaria que fizesse uma radiografia, dentro dos dados econômicos ainda escassos que temos, mas já temos, da Cidade, onde podíamos mapear oportunidades para fomentar e desenvolver, chamo sempre de economia, mas, enfim, esse sistema, esse ecossistema que envolve o esporte. Temos não só o senhor aqui, mas o Ver. Tarciso aí que vem desse mundo, apesar de ser de um time que não é o meu, mas tem um trabalho bacana também aqui na Rua da Praia, estivemos ali inaugurando o *parklet*. É uma cidade que todos nós nos orgulhamos, temos dores também em relação a ela. Eu fiz essa referência em relação aos projetos do Executivo porque, de certa forma, é uma preocupação de qualquer cidade do Brasil, Porto Alegre no *ranking*, é a última, segundo as informações do Ministério da Fazenda, em termos de desequilíbrio fiscal. Não é culpa dessa gestão, nem da anterior, talvez seja histórico esse processo, mas está na hora desse enfrentamento. Economia é algo matemático. Eu sou um economista liberal, defendo menos Estado também, sobretudo esse modelo brasileiro esquizofrênico de Estado envolvido com corrupção, com um conjunto empresarial importante envolvido com a corrupção, com um tecido meio indecifrável do que é privado, do que é público e que levou o País a essa crise, a se olhar no espelho e querer mudar também. Defendemos, sem dúvida nenhuma, uma economia ética, uma economia justa para o Brasil. Infelizmente, a nossa alçada hoje

não é tão grande assim, não está em nível federal, humildemente, nos reduzindo aqui à cidade de Porto Alegre e à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, entendo que nós temos que excitar a Cidade. Excitar no sentido de torná-la mais vibrante, mais ativa, com uma autoestima mais elevada.

Os números que eu citei são de vitória contra a burocracia. Nós estamos conseguindo bater recordes em tempo de abertura de empresas e, também, de empresas abertas na cidade de Porto Alegre: mais de 13.000 empresas em 2017, repito. Neste ano de 2018, esse número será superior. Isso é mérito dos empreendedores da Cidade e algum mérito nosso, que estamos criando algo ágil para abertura de empresas, geração de emprego e geração de renda. Para o pequeno empreendedor, a gente tem o programa Feito em POA, que é a ideia que também traz o Ver. Adeli. Uma das nossas preocupações é como a gente pode conectar a D. Maria Heloísa, que produz geleia de flor de hibisco ali no bairro Belém Novo e vende a R\$ 9,00 o potinho reaproveitável, ela tampa com tecido. Como, dentro de um programa do Sebrae, ela qualifica em termos de segurança alimentar o seu produto; em termos de plano de negócio, a sua empresa, e como é que ela descobre, por exemplo, que essa mesma geleia de hibisco que ela vende aqui a R\$ 9,00 pode ser vendida em Tóquio por 200 euros, porque é uma iguaria apreciada na gastronomia japonesa, trazendo mais renda para a Cidade e para o próprio negócio, saindo de um pequeno para um grande negócio.

O Sebrae é um parceirasso nessa caminhada, é gente que tem brilho no olho. O que eu mais gosto de fazer é reunião com o Sebrae, porque a gente vê que as pessoas realmente têm fé e acreditam nas pessoas, nos empreendedores e no que fazem, que é tão importante, é quase incalculável, não tem matemática que calcule os impactos positivos que o Sebrae traz para a cidade de Porto Alegre. O que eu mais gosto é esse negócio do brilho no olho. É esse brilho no olho que nós temos que retomar para a cidade de Porto Alegre, em todos nós, porque tanto pelos males quanto pelas benesses da Cidade somos nós os responsáveis. Vamos sair um pouco da questão da culpa, mas somos responsáveis. Muito honestamente para vocês, eu não sou filiado a nenhum partido, respeito todos eles, já votei em diversos dos senhores aqui presentes, inclusive, no Cassiá – a minha irmã fez campanha, é vizinha dele –, acredito que nós temos uma visão desse enfrentamento, de olhar no espelho os números da Cidade, e economia é número. Sei que esbarra em questões ideológicas: “Vai aumentar imposto; vai diminuir

imposto; vai inibir o empreendedorismo”. É uma engenharia simultânea, eu imagino, e o grande desafio da economia, Ver. Adeli, é a sua complexidade; ela não é simples. Como o Druck falou na sua citação: “Existe, sim, uma equação econômica a descoberto na cidade de Porto Alegre”. Assim como qualquer instituição, quando está deficitária, é preciso fazer um exercício rigoroso. E qual é o risco maior na economia? Essa é uma lição para o Brasil e para os senhores que são também agentes públicos deste País, uma lição para o Rio Grande do Sul, e uma lição para a cidade de Porto Alegre. Existe uma economia real que nós vivemos. Fomos almoçar agora há pouco – aqueles que tiveram o privilégio de almoçar –, pagamos o nosso almoço, esse dinheirinho entrou no dono do caixa do restaurante, ele vai pagar o salários e os fornecedores; isso vai multiplicando dentro da economia, gerando mais emprego e renda, e essa é a economia real. O problema é quando o dono do restaurante sai da economia real e vai para a seara financeira, ou seja, quando ele se endivida. No Brasil, se endividar significa entrar no labirinto da morte. Para qualquer um, e todos nós sabemos, as taxas de juros são elevadíssimas tanto para as famílias, como para o Município, como para o Estado, como para a União. E ao entrar essa esquizofrenia das taxas de juros elevadas, o endividamento torna-se quase que eterno; várias famílias brasileiras estão endividadas. O grau de endividamento do brasileiro está acima do PIB hoje; a renda gerada por todo o País é menor do que o grau de endividamento das famílias. E enquanto não nos educarmos financeiramente, enquanto não voltarmos para as nossas contas pessoais, as contas das nossas famílias, as contas dos nossos Municípios e fizermos um exercício rigoroso, sim, de ajuste das despesas, mas, também, de buscar alternativas para tornar mais justa a receita - no caso, o Município -, nada voltará ao normal. Nenhum partido governará, porque a matemática não fecha; e se não fechamos agora, no ano que vem ela vai ser maior; daqui a cinco anos, mais exponencial ainda; daqui a dez anos, talvez à falência. Esse é o Estado do Rio Grande do Sul hoje, que nós não temos coragem de dizer “não sigam as nossas façanhas”, nós estamos quebrados, pedindo ajuda da União, tendo que fazer alguns enfrentamentos e passando algumas vergonhas. Segundo se anuncia, a partir do mês que vem, nenhum centavo será mais pago de salário no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, nem parcelado. Quebramos. Famílias quebram, governos, gestão, setor público quebra, o Executivo quebra, portanto, é matemático, independe de partido, e Porto Alegre ainda tem vez nessa trajetória, ainda tem chance, a

não ser que a gente aposte, realmente, em quebrar a Cidade. Portanto, está acima de questões partidárias, ideológicas, o que está sendo trazido à tona, agora, para o debate, junto à Casa do Povo, que é o reequacionamento do equilíbrio da Cidade, porque ainda há chance, depois, da aprovação dos projetos, de nós iniciarmos uma recuperação das finanças do Município, senão, chance não haverá para nenhum. É como eu tenho dito, nós não estamos mais numa luta entre a esquerda e a direita no Brasil, entre privatização ou estatização, entre... Muitos não se acordaram nisso, entre ideologias mais liberais ou menos liberais. Nós não estamos mais com chance de exercermos as nossas crenças políticas, ideológicas, partidárias, nós estamos numa luta entre o bem e o mal. Eu não tenho dinheiro, hoje, para combater o PCC, que vende comércio ilegal nas calçadas da Rua da Praia. Nós não temos recursos humanos e financeiros, o PCC domina as ruas e o comércio ilegal do Brasil inteiro. O contrabando de armas, o contrabando de órgãos, o contrabando de pessoas, o narcotráfico. Portanto, a luta não é mais entre a esquerda e a direita, o liberal e o estatizante, o intervencionista keynesiano ou Milton Friedman, que é liberal, entre partidos de posições distintas. nós estamos numa luta do desenvolvimento do bem. Se nós queremos que a Cidade volte a se desenvolver, existe, sim, ainda, uma economia do bem a ser vitoriosa, uma trajetória de desenvolvimento ainda é possível. E isso o Estado é importante. Ou então, realmente, a gente entrega para o PCC, para o crime organizado comandar. Talvez faça melhor do que nós.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Muito obrigado, Secretário Leandro de Lemos. Convido o Sr. Paulo Bruscato, Gerente da Regional Metropolitana do Sebrae/RS, para fazer suas considerações finais.

SR. PAULO BRUSCATO: Para nós, do Sebrae, é uma honra participar deste debate sobre um tema que está escrito na própria missão do Sebrae. O que me cabe aqui é reiterar o compromisso do Sebrae para com a dinamização empreendedora, no caso, aqui da cidade de Porto Alegre. E um ponto convergente eu vejo aqui.

Antes disso, quero cumprimentar o Ver. Tarciso, que muito bem nos recebeu também da última vez em que estivemos aqui conversando sobre a temática do empreendedor e de projetos bem interessantes nessa linha.

Sobre o ponto convergente, muitas abordagens, ângulos e divisões, mas não vi nenhuma negação de que o tema empreendedorismo é a mola propulsora desta Cidade. Então, em posse desse ponto comum, averiguando-o, digo que o Sebrae se soma como uma liga nas diferentes abordagens. Acho que o Leandro colocou muito bem também; não se trata mais de questões ideológicas. Para nós, nunca se tratou disso; o Sebrae não intervém nisso, nossa esfera de conversa e nosso cotidiano são traduzidos em programas, projetos e ações que fomentam o empreendedorismo.

E, dessa forma, nos despedimos e agradecemos, Ver. Camozzato, pelo convite, e estamos abertos. Apareceu a pauta empreendedora, nos chamem que nós estaremos presentes. Um grande abraço a todos e boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Agradecemos a presença do Sr. Paulo Bruscato, Gerente da Regional Metropolitana do Sebrae/RS e do Sr. Leandro de Lemos, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h40min.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): (15h43min) Estão reabertos os trabalhos.

Aprego o Ofício nº 503 do Gabinete do Sr. Prefeito: “Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente comunico a V. Exa., conforme prevê a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que estarei ausente do Município, no dia 13 de junho do corrente ano, devido ao convite para representar a Frente Nacional dos Prefeitos no seminário O Futuro das Cidades, promovido pelo Valor Econômico, em Brasília, Distrito Federal, fazendo jus a eventuais despesas com passagem aérea e diária para custeio da estadia, alimentação e deslocamentos nos limites estabelecidos na lei. Registro por oportuno que no período anunciado responderá pelo Executivo Municipal o Sr. Vice-Prefeito, Gustavo Bohrer Paim. Atenciosamente, Nelson Marchezan Júnior, Prefeito”.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Ver. José Freitas, senhores e senhoras, nós teremos, daqui a pouco, dando continuidade o período temático nas Comunicações, o DIEESE, seguindo um tema semelhante ao do primeiro. Eu estava visitando o Pop, o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua – Centro 1, Pop 1 – e não pude estar presente nesse início. Quando o Secretário fala aqui que ele não tem recursos para combater os camelôs, eu diria, Secretário, que nesse Centro Pop, no outro nós estamos com funcionários terceirizado, no Pop 2, que é um centro de atendimento à população de rua, aqui na Voluntários, os funcionários terceirizados estão em greve, porque não receberam o salário, num momento em que o inverno chega duro para uma população desabrigada como a população em situação de rua. Então, os terceirizados sem salário, o Centro Pop 2 está atendendo em meio turno só, com CCs, com funcionários comissionados, porque a terceirizada não se entende com a Prefeitura, não se sabe direito se a Prefeitura repassou, se são os documentos, ou o que é. E nesse Centro Popular 1 há capacidade de uma equipe apenas, no máximo, 25 pessoas de manhã e 25 de tarde, e somente para um banho, uma alimentação e lavagem de roupas. Não tem mais o que os centros de atendimento dia ofereciam, como oficinas de trabalho, de cultura, de cidadania, que são os esforços que têm que ser feitos para que a população de rua possa construir alternativas de saída da rua. Qualquer programa, projeto para atendimento de população de rua que pense só na questão de saúde, vai se equivocar, nós temos ali uma complexidade enorme. Para chegar, inclusive, nas tais das casas, naqueles espaços alugados, aluguel social, que me diziam algumas educadoras que são, muitas vezes, piores que a rua, pela umidade, por serem cubículos caríssimos, sem ventilação, sem nenhum conforto, mesmo os espaços alternativos de aluguel que a Prefeitura venha a oferecer, se não houver um trabalho de cidadania, um trabalho continuado de cultura, de aproximação do mundo do trabalho, não vai ter nenhuma eficácia, ou zero eficácia conseguir abrigo ou, eventualmente, fazer tratamento. Inclusive, esse centro de atendimento dia da população de rua está sem carro disponível, se tiver em uma situação de necessidade de saúde, de transporte, tem que agendar, talvez, tenha algum dia esse atendimento. Eu quero dar mais um exemplo não para afirmar ou corroborar com a opinião do Secretário de que, se não houver a aprovação dos projetos nesta Casa, não tem o que fazer. Eu quero dizer que há um desmantelamento da governabilidade em curso, a Prefeitura ainda não se achou, a Prefeitura sintetizou em 15

secretarias o que eram 27, 28, grandes secretarias que têm que dar conta de diferentes funções, não estabeleceu novo fluxo, não consegue organizar e fazer com que o trabalho funcione bem com seu funcionalismo, com os contratos terceirizados, portanto não responde à cidadania.

Vejam, senhores, o debate vai começar com o DIEESE, vamos ouvi-los, e com o Simpa. No final do ano passado, a Prefeitura fechou com superávit de R\$ 163 milhões. Alguém vai dizer: “Ah, tinha contas a pagar”. Ora, contas gerenciáveis, e, mesmo assim, parcelou o 13º salário. A Prefeitura esteve aqui, no 1º quadrimestre de 2018, apresentando conta dos quatro primeiros meses, a Prefeitura teve um superávit de R\$ 506 milhões, Prof. Alex. Eu fui acompanhar na CEFOR. Ela deixou de pagar contas fundamentais? Parece-me que sim. Fechar um quadrimestre com um superávit de 506 milhões, quando a gente vê problemas sérios como este, de não pagar terceirizada da FASC numa situação de inverno, e guardar 506 milhões não parece ser incompetência, para ser perversidade mesmo, parece ser proposital para aparecer um quadro em que a Prefeitura não consegue pagar suas contas. Não é verdade. Sobraram em caixa, no primeiro quadrimestre, 506 milhões. Se é para mostrar um quadro para convencer o empresários de que tem que aprovar projetos que tiram direitos, se é para tentar convencer os Vereadores de que é obrigatório tirar direito, seja de Previdência, seja de salário, nós vamos desmascarar.

Os números não mentem, cedo ou tarde, eles serão apresentados e vão mostrar que a Prefeitura maquia os números para provar uma situação que não é real, que não é aguda como ela afirma que é. Não é. É uma receita se realizando, superávit em todos os trimestres, superávits que não deveriam acontecer, uma vez que há contas que não são pagas e que não são garantidos os serviços na cidade de Porto Alegre. Assim é a capina, assim são os buracos na Cidade. Isso denota, de um lado, intencionalidade e, de outro, incompetência. Qual é o percentual de incompetência e qual é percentual de intencionalidade? Não tenho como afirmar, mas que a gente observa que a Prefeitura não se acha, não encaminha com competência, a gente observa, a Cidade observa. Eu fecho então a minha fala dizendo que há dinheiro em caixa, há recursos em caixa. O que infelizmente nós estamos vivendo é um desestímulo completo ao funcionalismo. Porque com uma espada na cabeça estão os funcionários trabalhando, de olho na Câmara, de olho no comportamento de cada um de nós, Vereadores, com uma expectativa muito

grande para que nós enterremos, de vez, esses projetos nefastos para a carreira, para a vida funcional e para o serviço público. Agora, esse desestímulo não quer dizer que os professores não estejam trabalhando bem. Eu estive na Escola Antônio Judice, nessa semana, e pais e alunos estavam na frente da escola coordenando um protesto, porque os pais assumiram a função da Guarda Municipal – já falei aqui –, porque a Guarda foi retirada de lá, não foi exonerada, foi retirada para outras funções. E os pais elogiavam a escola dizendo que era a melhor escola que o bairro tem. Portanto, os professores continuam trabalhando com afinco, com dedicação e a comunidade reconhece isso. Infelizmente quem falta na Gestão é o Prefeito Marchezan.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero agradecer ao Ver. Cassio Trogildo que me permitiu utilizar o tempo de liderança do meu partido. Eu estava refletindo outro dia sobre todas essas coisas históricas que têm acontecido no Brasil, em que a gente reclama de umas e não reclama de outras, se posiciona sobre umas, não se posiciona sobre outras. Então estava lembrando que nunca nós imaginamos, quando eu era moço, quando eu era adolescente, que iam atacar o petróleo no Brasil. Isso a gente não pensava, era inimaginável. A gente se cuidava para que os estrangeiros não viessem mexer no nosso petróleo, e, no entanto, isso foi atacado aqui, pela nossa terra, nosso Brasil, nossa Pátria. E teve um homem que fez uma luta enorme, hoje não é dia dele, não é aniversário dele, mas ele foi o grande lutador para que a gente não perdesse todo o nosso petróleo, que foi Monteiro Lobato. Monteiro Lobato escreveu vários livros para as meninas e para os meninos – *Reinações de Narizinho*, *Visconde de Sabugosa* –, toda aquela preparação sociológica num Brasil que precisava melhorar, ao final da 2ª Guerra Mundial. Então, eu vou deixar, para ficar alguns meses nas mesas de vocês, uma fotografia de Monteiro Lobato, para vocês lembrarem sempre disso. Porque veio aí a Lava Jato e não se disse que é definitiva, está se vendo isso, como é que vai ficar definitiva. Vem aí essa eleição para Presidente da República, que a gente não imagina quem é que vai ser candidato a Presidente neste momento. Eu posso

pedir para vocês me dizerem um nome de quem seria um bom Presidente agora. Digam o nome de um bom Presidente agora! Não dizem porque não existe isso. Não existe!

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Não! Eu falei alguém que não estivesse preso! Algum nome que pudesse ser! Agora, a minha coleguinha querida começa a falar dele e querer colocar, de fora, o Lula, coitadinho. Deixa o homem lá. Deixa. Depois vamos ajudá-lo. depois. Então, apareceu um aqui: Lula. Quem nos disse foi a nossa querida Vereadora, *mademoiselle*, Sofia Cavedon. O Lula, eu não estava imaginando. Não sei por que, mas não estava imaginando.

Estou lembrando, então, que vai acontecer um monte de barbaridades no Brasil, agora, nos próximos meses, e que a gente, então, escolha bem. A Ver.^a Sofia, por exemplo, está achando que está escolhendo bem. Vamos só respeitar.

Vou deixar na mesinha de vocês, o pessoal do meu gabinete está distribuindo, uma fotografia do Monteiro Lobato, porque muitas das pessoas com quem falei não sabiam da existência de Monteiro Lobato, não sabem quem foi ele. Eu queria principalmente deixar na mesa dos Vereadores do PSOL, que é um partido de esquerda e que tem se mostrado muito coerente. Repeti várias vezes o nome Monteiro Lobato porque a gente não tem outra pessoa para louvar, então vamos louvar Monteiro Lobato! Monteiro Lobato: “O petróleo é nosso!”

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Muito obrigado, Ver. Dr. Goulart. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, pessoas que acompanham as nossas discussões da tarde de hoje, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores e Vereadoras. Eu escutei a fala do Secretário de Desenvolvimento Econômico e as colocações que ele fez acerca das políticas que estão tentando implementar com relação, justamente, ao fomento da economia no Município de Porto Alegre. O Secretário é economista de formação, professor universitário e sabe

muito bem que a nossa Cidade tem a sua economia baseada no terceiro setor, principalmente no setor de comércio, portanto, depende muito dos rendimentos das pessoas desta Cidade para movimentar a roda econômica e aquecer esse setor, movimentando financeiramente Porto Alegre. Cabe destacar, também, que, aqui na Câmara de Vereadores, há, em tramitação, um projeto que versa sobre a questão dos pagamentos efetuados aos municipais desta Cidade. Num deles, o Prefeito propõe o deslocamento da gratificação natalina, o 13º salário dos servidores desta Cidade, para janeiro.

(Aparte antirregimental)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Pois é, o Ver. Bosco Vaz se diz impressionado com os empresários defendendo esse tipo de proposta. Essa proposta é completamente absurda, partindo de alguém que, tendo um conhecimento mínimo de economia desta Cidade, da cidade que ele administra, transfere esse recurso importante dos servidores públicos para época em que boa parte deles estará de férias e que, talvez, não gastem no comércio desta Cidade, como destacou o João Bosco Vaz, nosso querido Vereador e colega, com os presentes de final de ano. Isso movimenta a economia, isso estimula o comércio desta Cidade. Pagando a gratificação natalina, o 13º salário em janeiro, os servidores que estarão de férias receberão esses proventos, quando estiverem, talvez, gozando suas férias em outro município, no nosso litoral, no litoral gaúcho, algumas pessoas viajam para cidades do interior. E esses recursos que poderiam ser destinados ao comércio local, gerando impostos, pagando salários de porto-alegrenses serão transferidos para outros municípios. Isso não só é incoerente como é de uma estupidez sem tamanho. Não há explicação, não há razoabilidade para esse tipo de proposta. Não é sério o trabalho que este senhor está fazendo e que está colocando para os Vereadores desta Casa Legislativa. Portanto, espero que haja muita cautela por parte das diferentes bancadas que compõem este Legislativo com relação a essas propostas. Todas elas têm impactos severos na vida não somente dos servidores, mas também na economia e na dinâmica da nossa Porto Alegre.

O inimigo declarado do Prefeito Nelson Marchezan Júnior, o servidor público municipal, é atacado frequentemente desde o início desta gestão. Agora, ataques a inimigos são

justificáveis para todos os lados? Se ele quer prejudicar a vida de quem serve à população desta Cidade, isso terá um reflexo negativo também na nossa rede de saúde pública, pois estão aumentando os números de afastamentos, de licenças, de biometrias, as pessoas estão adoecendo. O Prefeito diz que tem uma preocupação com relação à previdência, mas está forçando aqueles que já podem pedir aposentadoria, mas que teriam saúde, energia, vitalidade e experiência para continuar trabalhando, ele os está empurrando para a previdência, para a aposentadoria, e a Prefeitura vai ter que arcar com parte desses custos. Ou seja, a economia que ele quer gerar é uma economia burra. É insensato alguém agir desta forma dizendo que é pelo bem da Cidade. Não é.

Portanto, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores desta Casa Legislativa, o que vamos começar a analisar daqui para frente é cruel não apenas com este setor da sociedade, que são aqueles que prestam serviços à nossa população, mas também é um ataque frontal à nossa Porto Alegre. Um grande abraço. Agradeço à Ver.^a Fernanda Melchionna e ao Ver. Roberto Robaina a oportunidade de usar nosso tempo de Liderança do PSOL. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Muito obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga.

Dando continuidade às Comunicações, este período é destinado a tratar do assunto da apresentação de estudo elaborado pela DIEESE, referente a receitas e despesas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, trazido pelo Sr. Adolto Rohr, Diretor Financeiro do Simpa.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Adolto Rohr e a Sra. Anelise Manganelli, economista do DIEESE, que irão dividir o tempo.

O Sr. Adolto Rohr está com a palavra.

SR. ADELTO ROHR: Boa tarde aos Vereadores, boa tarde colegas municipais que nos assistem aqui, diante não eu queria agradecer a esta Casa Legislativa abrir este espaço para nós, para que pudéssemos, a partir do DIEESE, fazer uma apresentação de estudo dos números das finanças do Município, contrapondo os dados que o Governo tem apresentado. E aí eu queria aproveitar a oportunidade para expressar aqui a desconformidade e o incômodo que o Sindicato tem, porque o Prefeito tem feito atividades nos Centros de Relações Institucionais e Participativas – CRIPs, agora, em que

ele está fazendo a apresentação dos projetos de lei que estão em discussão em regime de urgência nesta Casa, e o Simpa tem se feito presente, por conta de diretores que participam e de servidores que participam das audiências. Os Secretários têm dito que não é o fórum em que o Simpa deve participar e que o Simpa tem um fórum de discussão dos interesses da categoria. Não é verdade, porque esse fórum não existe. Nós informamos, inclusive nas comunidades em que a gente fez participação.

Mas eu queria expressar que o DIEESE está fazendo essa atividade para nós. Nós conveníamos com o DIEESE, que faz estudos para sindicatos de trabalhadores, e é importante que ele possa fazer, por conta da sua longa experiência na análise de estudos socioeconômicos, uma análise e indicar para nós a disputa necessária para fazer acerca dos números do Município de Porto Alegre. Por conta disso, a gente busca as informações no Portal da Transparência, e, com a experiência que o DIEESE tem, ele consegue fazer a tradução desses números, para que a gente possa informar esta Casa e a Cidade acerca dos números, porque os ataques que estão sendo feitos à carreira dos servidores públicos e ao serviço público trazem um prejuízo significativo à Cidade, são de uma alegada falta de recursos no Município, e os dados que a gente vai apresentar não mostram efetivamente a gravidade que é apresentada pelo Governo Municipal. Para isso, deixemos que o DIEESE faça a apresentação dos números para que depois possam ser debatidos pelos Vereadores também.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Muito obrigado, Sr. Adolto. A Sra. Anelise Manganelli está com a palavra.

SRA. ANELISE MANGANELLI: Boa tarde a todos, faço uma saudação especial aos Vereadores que abriram este espaço para a gente também trazer um pouco do olhar dos trabalhadores sobre tudo isso que está acontecendo em Porto Alegre, sobre as finanças e sobre a própria negociação que o Simpa está conduzindo. Quero deixar registrado que o DIEESE sente gratidão em poder estar aqui também trazendo alguns anseios nossos de dificuldades que nós temos em poder auxiliar a partir de dificuldades de acesso de transparência, de controle social. Então esse é um espaço que a gente valoriza na medida em que a gente pode compartilhar essas dificuldades que certamente enriquecem

a sociedade como um todo, no momento em que ela pode acessar e ter outras leituras a não ser aquela exclusiva do gestor público.

Quero registrar que está presente conosco o Supervisor do DIEESE Regional do RS, Ricardo Franzoi, e a minha colega Daniela Sandi, que vieram aqui participar do encontro.

(Procede-se à apresentação de PowerPoint.)

SRA. ANELISE MANGANELLI: Estão em tela alguns dados. Quando o Adelto nos convidou para compartilhar essas informações com vocês, a primeira coisa que eu pensei é que eu não ia trazer aqui tudo que o nosso Secretário da Fazenda traz; sistematicamente eles apresentam as informações na própria CEFOR, então o que eu busquei trazer aqui são justamente aquelas informações que, eventualmente, eles não compartilham ou que podem ter uma leitura diferenciada.

Para começar, eu acho que o que nos trouxe aqui nesta tarde de hoje, de fato, foi essa situação, procurar entender um pouco qual é a situação dos servidores. Evidentemente que eu não vou falar de tudo o que vocês têm trabalhado em cima dos projetos que estão em andamento, os PLs, na verdade, só trazer uma ideia geral do que a gente entende e compreende num contexto mais amplo de desmonte do serviço público, que vem acontecendo no Brasil. Então, o DIEESE tem escritórios por todo o Brasil, e a gente acaba tendo um contato com outros municipais, até mesmo outras esferas de governo. No geral, para a gente dar uma situada, já existe uma série de iniciativas que vêm precarizando o servidor e, portanto, a qualidade do serviço entregue, passando pela Medida nº 792, de 2017, que fala da possibilidade de redução de jornada, com remuneração proporcional dos servidores; a própria reforma da previdência, que todo mundo acompanhou no ano passado, o quanto foi difícil debater sobre isso; o direito à greve, que cada vez mais vem sendo, de alguma, forma limitado, definindo categorias, definindo tempo, então, tudo isso é uma forma de limitar a atuação do serviço público, deixando para que alguém fale sobre a qualidade, sem ser aquele que está diretamente atendendo; a demissão por insuficiência de desempenho; o aumento da contribuição previdenciária, que passou de 11% para 14% – então, isso necessariamente já é uma redução salarial –; a reforma fiscal, com a retirada de direitos dos serviços públicos. Aqui no Rio Grande do Sul a gente tem o regime de recuperação fiscal, que, se não o

atendimento integral daquelas definições, quem é mais penalizado é justamente o servidor, porque não pode mais fazer concurso, não pode nem conceder a revisão geral de reajuste, e o próprio limite dos gastos que, de alguma forma, embora não atinja diretamente as transferências correntes, mas certamente precariza o serviço, porque a gente já está vendo que há uma redução nessas transferências, e isso vai se agravar com a emenda do teto constitucional.

Bom, e aqui em Porto Alegre, então, o que temos acompanhado, com o Simpa, tentando ajudá-los a compreender, e na defesa da categoria, a gente tem: as perdas salariais do período, que o reajuste necessário, ou seja, de maio de 2016 a abril de 2018, que é o que não foi pago, precisaria ter um reajuste de 6.9%. Então, isso é uma redução salarial. Passou a data-base, se no próximo mês a gente não receber, o nosso salário já está diminuindo. É em cima disso que o trabalhador, no Brasil, vem sofrendo não só no setor público, mas mais no setor público. As perdas históricas – que a gente faz o acompanhamento com o Simpa -, já totalizam uma perda de 11,07%, ou seja, para recompor o salário dos servidores de Porto Alegre, seria necessário um reajuste de 18%. Além disso, também tem uma defasagem no próprio auxílio-alimentação que eles recebem, que hoje é de R\$ 505,00 por mês, e, quando olhamos para as pesquisas de mercado, vemos que a média é de R\$ 694,00. Essa pesquisa, na verdade, é o resultado de uma associação que busca o levantamento de todas as entidades que fornecem *ticket*, é um grande número de estabelecimentos. Isso significa que também na alimentação tem uma defasagem de 37%. Além disso, a gente acha que não dá para esquecer que, eu estou começando por esse ponto porque é por isso que estamos conversando, é dessa precarização que a gente está falando, a partir dela que a gente precisa fazer algumas leituras. É fato que, no Brasil, os salários já são baixos. O DIEESE calcula o salário mínimo necessário, a partir do que está na Constituição, que é o mínimo para ter habitação, alimentação, higiene, educação, hoje, esse salário mínimo seria de R\$ 3.747,00. Então, isso já é um indicador importante, quando olhamos para o nosso salário mínimo de R\$ 954,00, de como as pessoas recebem pouco, de como o trabalhador é penalizado neste contexto da economia. E, no caso dos servidores de Porto Alegre, a gente também faz um levantamento olhando um pouco para o custo de vida, pegando alguns indicadores como a nossa cesta básica, a conta de luz, água, aluguel, telefone fixo, celular, e isso dá uma média de R\$ 2.084,00. Se a gente pegar a folha de pagamento

dos servidores, olhando não só o salário-base, mas, sim, todos os adicionais, enfim, olhando a remuneração, total de proventos e diminuindo o INSS e Imposto de Renda, mais de 10% dos nossos servidores não recebem nem o R\$ 2.080,00, que não tem nada de mais, é só poder pagar o aluguel médio, a cesta básica, a conta de luz, a água e um telefone.

Paralelo a isso, essa dificuldade que verificamos aqui em Porto Alegre se reflete também em outros segmentos, no segmento privado ou em outros municipais que talvez não estejam conseguindo negociar. No DIEESE a gente faz um levantamento dos reajustes, ou seja, a gente acompanha muitas negociações. No setor privado, a gente vê que, em 2018, 80% dos reajustes ficam acima da inflação. Então, tem essa concessão, a iniciativa privada caminha nesse sentido, porque, como os índices de inflação estão muito baixos, isso até nem tem sido motivo de disputa nas mesas de negociação. Quando a gente olha alguns municipais, esse é um levantamento que fica um pouco prejudicado neste período do ano, porque muitas datas-base são mais para o meio ou para o final do ano, segundo semestre. A gente tem que, por exemplo, Florianópolis, em 2018, já fechou 3,8% de reajuste; Vitória, 3%; Manaus, 3%. Quando a gente olha para a realidade privada do Rio Grande do Sul, ela ainda é mais positiva em relação ao cenário nacional, e a gente verifica que 80% das negociações estão sendo acima do índice de inflação. Isso é mais para situar um pouco como tem sido dura a negociação em Porto Alegre, onde a gente não consegue, muitas vezes, nem conversar com o Secretário, com o Prefeito, nem ter uma mesa de negociação efetivamente. Isso foi uma outra perda importante que o setor público teve com o veto integral, no final do ano passado, ao PL nº 3.831, que previa poder o setor público ter uma mesa de negociação, ter uma lei que determinasse isso. Esse veto integral nos deixou ainda mais sujeitos à boa vontade do outro lado, o que acaba sendo uma questão bem delicada.

Além de todas essas perdas salariais, a gente ainda tem esse contexto do quadro de pessoal. Em Porto Alegre, o número de servidores já diminuiu 6%, comparando o total de servidores de 2018 e 2017. Isso acontece tanto na Administração Direta quanto na Indireta. Na Indireta, ainda foi de 8% a redução, ou seja, nós temos uma redução salarial, como a gente acabou de ver, e temos uma redução de trabalhadores, com uma sobrecarga de trabalho. Em contrapartida, nós temos o quadro da população, que, inevitavelmente, embora cresça a taxas decrescentes, continua crescendo. Se nós

pegarmos de 2010 para 2017, a população de Porto Alegre cresceu 5,4%, e os servidores que atendem essa população reduziram em 4,8%.

Quando a gente olha para essa questão das receitas e despesas do Município, a primeira leitura aqui – eu mesma estive na apresentação que o Secretário da Fazenda fez no último dia 29 de maio, apresentando alguns resultados –, ele demonstrou, de uma forma otimista, pelo menos os de 2018, já que ele tratou do primeiro quadrimestre. Mas vou trazer aqui alguns elementos para a gente pensar o quanto essa leitura que a Prefeitura faz talvez relate mesmo o contingente total do que gente precisa saber. Na verdade, a receita e a despesa, quando a gente olha o balanço orçamentário, fechou 2017, ano que iniciou o parcelamento salarial, com um superávit de R\$ 163 milhões, e apresenta uma situação líquida que, no fechamento de 2017, estava com um aumento de 12% em relação ao ano anterior. Então, o que a gente está falando aqui é, efetivamente, de uma situação financeira, porque, muitas vezes, a gente, que vem acompanhando a discussão com o Secretário e outros que participam desse debate, ouve que o problema não é de orçamento, mas que tem muito recurso vinculado, e é um problema de fluxo. Então, na verdade, esse dado, quando fechou o balanço, surpreendeu um pouco, porque ele, de fato, era bem melhor do que parecia ser ao longo do que se vinha acompanhando durante o ano de 2017.

Por outro lado, vemos que há uma queda sistemática de investimentos na nossa Cidade. Em 2017, houve uma redução de 21,4% em relação ao ano anterior nos investimentos. Então, ao mesmo tempo a gente se pergunta o que de corrente consome o caixa, pois não estamos ampliando nada, não estamos fazendo nada para modificar nesse sentido. Por outro lado, vemos aqui a dívida consolidada líquida. Sabemos que o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal é de 120%, ou seja, que pode ser comprometido até 120% da receita corrente líquida com a dívida consolidada líquida, e o percentual de Porto Alegre é de 24%. Então, a gente se pergunta se essa atenção demasiada para a questão do caixa ou não poder, de alguma forma, contrair algum endividamento, se isso é de fato estratégia política ou se é uma falta de projetos para a Cidade.

Depois temos aqui a questão das renúncias fiscais. Eu trouxe esses dados são importantíssimos, porque, quando se fala em queda de arrecadação – e reconhecemos que estamos vivendo uma crise importante ou pelo menos estamos tentando sair dela –, quando se fala de renúncia fiscal, estamos falando exatamente de deixar de arrecadar. E

sempre que deixamos de arrecadar e colocamos num espaço como esse, a gente, às vezes, transforma isso num gasto invisível, a gente não sabe muito aonde vai. O que eu procurei fazer aqui, a partir das leis orçamentárias, foi tentar ver o que constava e o que foi concedido de renúncia fiscal. A gente não conhece que o Município de Porto Alegre compartilhe um demonstrativo, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determine isso detalhadamente, o que foi gasto, quantos empregos geraram, o que se ganhou com isso, mas o fato é que, em 2016, foram concedidos R\$ 4.503 milhões; em 2017, R\$ 18 milhões; e, em 2018, R\$ 20 milhões. Então, se nós compararmos o ano de 2017 com 2018, vemos que teve um aumento de 8%, enquanto os servidores não receberam nem o repasse da inflação; e, se nós compararmos, ainda, com 2016, estamos falando de um aumento de 348%. Isso seria mais para chamar um pouco a atenção do quanto isso está sendo discutido e deliberado de uma forma planejada, transparente. Até porque, a gente vai ver logo mais quando eu falar do fluxo de caixa, R\$ 19 milhões concedidos aos transportes correspondem, dividido por 12, a, mais ou menos, R\$ 1,5 milhão, que foi o motivo de todo o início do parcelamento em 2017. Além do mais, fica uma questão que sempre aparece, que é a questão da Carris. A gente vê na mídia e discute muito que, no ano de 2017, a Carris reduziu o déficit em 41%, embora continue com resultado negativo, mas são R\$ 43 milhões. Aqui nós temos R\$ 19 milhões de concessões, sendo que a Carris fica com as linhas mais deficitárias. Então, o privado fica com o “filé”, recebe a isenção, e a empresa pública é ineficiente, do ponto de vista de alguns, e ainda tem essa questão de ficar com as piores linhas.

Sempre começamos a tentar detalhar as questões com alguns desafios. O Simpa tem feito vários esforços que a gente tem acompanhado, à medida do possível, e alguns deles são junto ao TCE, então é abertura de inspeção, é pedido para que ajude a abrir as contas, para entender onde é que está esse buraco, onde está o dinheiro, tudo isso. Isso não é fácil. O primeiro deles, pelo menos que eu pude acompanhar mais aqui, com o Adeldo e o Terres, que também é diretor lá no Simpa, foi em outubro de 2017, quando, por iniciativa desta Casa e do próprio Simpa, foi pedida uma inspeção especial para que o TCE ajudasse a entender se, realmente, não tinha dinheiro, em junho, julho e agosto, para pagar os servidores. A conclusão do relatório foi de que não havia dinheiro no último dia útil, embora pudesse haver, mas eram recursos vinculados, enfim, que não poderiam ser utilizados. E eu procurei trazer aqui uma fala do Secretário que saiu no G1, em

novembro de 2017, quando ele falou esclarecendo sobre o resultado desse relatório, que, no nosso entendimento, não foi conclusivo, porque nós ficamos com várias dúvidas. Nós até voltamos lá no TCE para conversar, e ele não foi finalizado; ele é uma inspeção que está aberta, porque eles reconheceram que a Prefeitura, por exemplo, não abriu o sistema de receitas como deveria, não conseguiu entregar uma série de pedidos que eles fizeram para que o TCE conseguisse entender, de fato, algumas coisas. E isso ficou, então, de alguma forma, inconclusivo.

Mas o que eu queria mostrar para vocês é que o Secretário fala, nessa reportagem, que todos os recursos do Fundeb e outros recursos vinculados estão sendo utilizados para pagamento da folha de professores – no caso do Fundeb – e que não teria nenhum recurso que tivesse esse fim, ou que não estivesse sendo utilizado ou subutilizado enfim.

Eu trago para mostrar para vocês: esse primeiro quadrinho lá em cima é um pedacinho do relatório de execução orçamentária, que é obrigatório ser disponibilizado pela Prefeitura a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ali tem um campo em que ele diz qual é o mínimo... Porque a Lei do Fundeb diz que, dos 100% que tu tens para gastar, no mínimo 60% deveriam ser com magistério e os outros poderiam ser com manutenção de escolas, etc. O que acontece é que, normalmente, os municípios utilizam esse recurso, que é vinculado, 100% para folha do magistério. E, num contexto de parcelamento, a gente esperava que essa fosse a postura, até pela declaração do Secretário. Vocês podem olhar o resultado – esse é o relatório. O sexto bimestre está disponível no *site* da Prefeitura, onde vemos que só 67% do total foi destinado à folha de pagamento do magistério. Por esse relatório, não se confirma essa declaração do Secretário. A outra questão é que a gente vinha, ao longo do ano, acompanhando esse debate logo que aconteceram os parcelamentos. Então, no quarto bimestre, que seria junho e julho, via-se que só 56% estava sendo destinado para pagar o magistério; além disso, ainda tinha um saldo financeiro de R\$ 14 milhões. Então, a gente fica em dúvida se a prioridade realmente se verifica na prática.

A outra questão é uma consequência desse processo do parcelamento. Agora, em 2018, um novo pedido do Simpa foi feito junto ao TCE para que fosse examinado o não pagamento do 13º salário, e agora houve o relatório com algumas conclusões. Eu selecionei duas para compartilhar com vocês. Uma é que os pagamentos realizados em dezembro, relacionados à folha de novembro foram determinantes para falta de recurso,

ou seja, a conclusão do TCE é a seguinte: olhando somente dezembro, parece que está certo, porque já veio o passivo do mês anterior do parcelamento. Para a gente dizer alguma coisa para vocês, teríamos que voltar até quando começou o parcelamento. E a inspeção que abriu o processo do parcelamento não foi conclusiva porque faltou um monte de informação da Prefeitura. A gente está prestando acessória para o Simpa, tentando desvendar como é isso, com uma limitação infinita de acesso a qualquer tipo de informação. A segunda questão, com relação aos ingressos, o relatório conclui que o ingresso de recursos do mês de dezembro ocorreu dentro do padrão observado nos exercícios anteriores, ou seja, não houve nenhuma queda brusca na receita, não houve nada muito diferente que pudesse explicar essa conduta do não pagamento.

Tentando avançar um pouco, a Secretaria da Fazenda de Porto Alegre disponibilizou recentemente fluxos de caixa que estão nos ajudando a tentar entender, embora seja bem resumido, é uma folhinha que fica disponível lá, mas algumas coisas conseguimos identificar. Eu trouxe aqui uma situação para vocês para tentarmos ver, quando começou o parcelamento, onde é que começou essa dificuldade, e a prioridade que a Prefeitura entendeu que deveria ser aplicada. Aqui temos o fluxo de caixa de junho de 2017: houve ingressos de R\$ 243 milhões e R\$ 294 milhões de desembolso; tinha um saldo inicial no caixa de R\$ 2 milhões, e aí a Prefeitura informa que não foram pagos R\$ 2,6 milhões, que seria a folha, que foi adiada para julho, declarando, então, uma insuficiência financeira nesse mês de junho, de acordo com a demonstração que eles estão disponibilizando de R\$ 501 mil. Bom, quando a gente faz uma comparação, olhando detalhadamente o que é – e isso está disponível no portal da Prefeitura –, a gente só olhou a variação. Bom, vamos ver o que mudou de maio para junho, o que aumentou e o que diminuiu. Quando a gente olha pessoal, a gente vê que o gasto líquido, lá no caixa, aumentou 2%, e o pagamento com serviço da dívida aumentou 57%. E aí eu queria chamar a atenção para essa informação, porque esse aumento de 57% no pagamento do serviço da dívida em junho representa R\$ 6 milhões. Em maio eram R\$ 11 milhões, em junho a houve um acréscimo de R\$ 6 milhões nesse pagamento. E se a gente pegar o valor da própria folha, daria para pagar e ainda sobraria só com o acréscimo que houve nessa rubrica. Na variação de junho a julho, a gente vê que houve uma redução ainda maior com despesa com pessoal no caixa, caiu 19%, e o pagamento com serviço da dívida continuou aumentando 55%, ou seja, mais R\$ 10 milhões. E em relação a maio, já são R\$ 16

milhões a mais que foram pagos com serviço da dívida. Então, essa é uma questão que a gente está trazendo aqui realmente para discutir e entender se isso foi uma definição de prioridade.

A outra questão com que nos deparamos, e no ano passado vivenciamos até em uma mesa de negociação, são os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, quando o Simpa tenta estabelecer uma mesa de negociação, muitas vezes, o gestor público já começa a conversa dizendo que não tem como dar o aumento em função do limite. Eu imagino que todos conheçam ou que a maioria conheça a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela impõe um limite de alerta, um limite prudencial e um limite máximo. Sendo que o de alerta é o gasto de pessoal, não podendo comprometer mais que 48,6% da receita corrente líquida; no prudencial, 51,3%; e no máximo, 54%. Quando a gente olha, em 2017, o ano fechou comprometendo 50,8%, mas isso é de acordo com um levantamento da Prefeitura, que é o dado disponibilizado por ela, que segue a metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional, e o dado do TCE, que é diferente. Então, para o TCE, em 2017, o comprometimento foi de 43,8%. Em 2018, a gente nota uma queda, no caso do próprio dado disponibilizado pela Prefeitura, a gente já vê que, no primeiro quadrimestre, o comprometimento foi somente de 50,2% – só não, não é? –, é um comprometimento importante, mas, na verdade, ele é discutível em função dessas metodologias que são aplicadas divergentes entre o TCE e a Prefeitura de Porto Alegre. Aqui nós temos, então, um panorama, só para dar uma ideia, é um pouco o resultado do que o próprio Secretário da Fazenda apresentou no dia 29, na CEFOR, mas eu resumi aqui em duas questões. Primeiro, que nós já vemos que há um crescimento da receita em 5,11%, quando comparamos esse quadrimestre de 2018 com o mesmo de 2017; e há uma queda nas despesas de 2,3%. Quando olhamos para a despesa de pessoal, ele mesmo apresentou essa redução, que é de 8,5%. Só que ele justificou nessa apresentação, indicando que essa redução é em função de uma alteração no critério contábil em relação à previsão do 13º salário. Na verdade, isso não ficou muito claro lá na CEFOR, acho que todos nós precisaríamos, como sociedade, entender melhor o que foi esse critério, porque algumas coisas, quando olhamos os relatórios do TCE, vemos também que há algumas justificativas de alteração, que o TCE manda voltar como era, então, nós nunca sabemos se isso aqui é uma alteração temporária e os motivos detalhados do porquê isso está acontecendo. O fato é que ele alega que isso seria, no

quadrimestre, mais ou menos, R\$ 74 milhões. Então, se isso realmente é uma exigência, representaria uma redução de 7,4% mais ou menos nesse custo de pessoal.

Bom, dentro desse conjunto de informações, nós sempre nos perguntamos em relação ao que é falado na mídia, o que a categoria está ouvindo, o que Simpa traz lá no DIEESE, nós procuramos fazer uma avaliação sobre o que mais descreve a realidade sobre tantos números e tantas questões que aparecem. Eu trouxe aqui uma notícia que falava sobre a Lei Orçamentária para 2018 da nossa Cidade, onde aponta um déficit de R\$ 708 milhões. Muito em cima disso o gestor público está batendo, que não dá para ter, porque já está previsto um déficit. É um déficit enorme. Então, é sempre bom lembrar que, quando olhamos para o ano passado, a Prefeitura também anunciou um déficit de R\$ 815 milhões, e, na verdade, fechou em R\$ 300 milhões, ou seja, menos de 40% do que foi dito. Então, muitas vezes, precisamos relativizar um pouco essas questões, porque... Talvez, precisemos sofisticar mais, refinar mais como projetamos as nossas despesas, enfim, como construímos a nossa lei orçamentária, que eu sei que não é uma coisa simples.

Aqui eu trouxe um exemplo sobre essas questões que foram estimadas. Aqui tem despesas por natureza dos gastos. Aí nós vemos como chama a atenção: em cima, no primeiro quadro, está em valores. Eu peguei, no caso, a própria lei orçamentária e só transcrevi aqui por natureza dos gastos. Embaixo, a gente fez uma variação percentual – sempre em relação ao ano anterior. O que eu quero mostrar para vocês é que a gente viu que o investimento em Porto Alegre cai sistematicamente, caiu 21% de acordo com o último balanço, e, mesmo assim, a gente vê que está orçado aqui aumentar em 128%, em 2018, o nosso orçamento. Além disso, tem uma amortização de dívida que cresceu 63%, pagamento de juros e encargos da dívida que crescem 41%, e tem também uma previsão de aumento de gasto com pessoal de 8%. Então isso era o que a gente estava prevendo, o quanto isso está distante do que a gente pode fazer, é uma coisa que, enfim, a gente precisa discutir enquanto sociedade, enquanto quem tem interesse no controle social.

Eu fico à disposição. O principal compartilhamento que eu queria pedir para todos os que estão presentes aqui é em relação a esta dificuldade que a gente tem com a transparência. Acho que isso precisa ser uma bandeira cada vez maior, porque vocês estão atuando aqui no dia a dia, ajudando todo mundo que vem a esta Casa, e a gente, que está lá no DIEESE, lá longe, tentando ajudar de alguma forma para as coisas

chegarem aqui talvez um pouco mais encaminhadas, e a gente tem em Porto Alegre cada vez mais dificuldade de fazer isso. Acho que o TCE está consciente, porque a gente vem fazendo reuniões com eles, que se colocam muito prestativos nesse sentido, mas talvez eles também estejam tendo alguma dificuldade. Creio que a sociedade faz essa pressão de forma mais efetiva.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Anelise. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações...

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Agradeço a oportunidade de fazer este debate, lamento que estejamos em poucos Vereadores e Vereadoras. Não é o dia mais adequado, mas a gente insistiu ontem e divulgou. É importante que a gente possa parametrizar os debates que vamos fazer na sequência, as votações, com visões e análises diferentes das finanças públicas. Eu também acompanhei as reuniões da CEFOR e tenho acompanhado com vários Vereadores muito de perto esse debate dos números, desde o ano passado, junto ao Tribunal de Contas. E quero, em primeiro lugar, concordar com o absurdo que é o próprio Tribunal de Contas terminar o ano com um relatório afirmando que faltam elementos de transparência, de clareza, e o próprio Tribunal de Contas estar, em dezembro ainda, com o acesso limitado às receitas correntes da Prefeitura. Afirmaram-nos isso em dezembro, quando fomos questionar sobre o não pagamento integral do 13º salário, que a Prefeitura afirmava que havia necessidade de manter sigilo dos cidadãos e que a Prefeitura, com isso, não franqueava o acesso total ao ingresso diário de recursos na arrecadação da receita. Acho que o primeiro elemento é saber que nós estamos à mercê de um único ente que domina completamente os números, ou seja, o Executivo, e que claramente manipula. Um dos dados que a Anelise trouxe aqui coloca na LDO um aumento em incremento de pessoal de 8%, que nós sabemos que, no primeiro quadrimestre, já deu negativo de 2%. Onde é que a Prefeitura identifica esse aumento de pessoal? Mas esses 8% ele precisava colocar, Ver. João Bosco, porque o Prefeito repete, repete e repete, para que a sua mentira se torne verdade, que o crescimento natural, inercial do plano de

carreira não é suportável, é exponencial e que a Prefeitura não tem como gerenciar, Ver. Dr. Thiago – que está de parabéns, quero abraçá-lo novamente, dizendo que é o mesmo dia de Che Guevara, então precisamos honrar esta data, que é muito importante.

Falando sério, não é possível que a Prefeitura afirme algo que os seus próprios números desmentem. Tenho certeza de que afirmaram isso para os empresários, os mesmos empresários que nos mandam uma correspondência apoiando os projetos, para os quais eu respondi com os dados de análise que os técnicos do DMAE fizeram no ano passado e neste ano, falando do impacto que há na economia. Respondi com esses dados do impacto econômico, da depressão econômica que o Prefeito causa na Cidade por não investir no funcionalismo, por não dar segurança ao funcionalismo para contratar qualquer compra, financiar, enfim, e gastar no comércio local. Então, esse é o primeiro ponto, no qual precisamos avançar. Nós continuamos pressionando o Tribunal de Contas, e acho inadmissível que as contas públicas não possam ser transparentes.

Segundo tema que eu queria abordar e comentar com vocês é esse tema das receitas não buscadas, da renúncia ou deixadas de arrecadar. Eu acho que está bem apanhado, mas eu quero sugerir que o DIEESE estude o DMAE, Alexandre. Nós levamos lá para o Ministério Público de Contas dados que os funcionários do DMAE apuraram, e o próprio Da Camino fez uma conta ali, R\$ 170 milhões de contas de água não pagas, de dívidas que a população tem em geral com a cidade de Porto Alegre, pela sua conta de água. E a comprovação de que a Procempa até lança as contas todas, mas a capacidade de equipe que nós temos é ínfima, equipe de desligamento e religamento, que é o que funciona: vai lá, adverte, desliga e liga no dia. Nós não temos essa capacidade, o DMAE está com dois mil cargos vagos, está com graves indicadores de que podemos perder o controle da qualidade da água e do funcionamento do próprio DMAE. E a Prefeitura perde recursos significativos e afirma que precisa, de novo, buscar recursos privados para dar conta do saneamento. E aí com R\$ 170 milhões do DMAE, e a nossa capacidade técnica, inclusive, de receber as obras de forma correta, etc.

Eu vou encerrar, falando do Fundeb. Nós, também, denunciemos, no ano passado, quando teve um mês que ele não cumpriu sequer a legislação federal de aplicação do Fundeb no gasto com pessoal, parcelando o salário e não pagando o 13º salário. Então, manipula, mais uma vez, os recursos do Fundeb, que, no primeiro quadrimestre, apareceram como majorados, ou seja, cresceu, incrementou o retorno do Fundeb ao

Município de Porto Alegre. Também poderia comentar o tema de gasto com pessoal. Eu estou na Prefeitura há 34 anos, não lembro, nos números da Prefeitura, em todos os nossos embates, eu fui do Sindicato por muito tempo, que a Prefeitura não gastasse, pelo menos, 40% com pessoal. Menos que isso, acho impossível, uma vez que a Prefeitura tem que dar conta de serviço, e serviço é feito por pessoas. Portanto, esse é o maior investimento da Prefeitura. Outros prefeitos nunca parcelaram os salários, mantiveram níveis de investimentos e mostraram competência no governar, o que este Governo não mostra, e nem competência para mentir sobre os números.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

(Palmas.)

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Obrigado. Quero agradecer aos colegas, às representações das associações, dos sindicatos, do DIEESE. É muito importante a gente poder estar aqui discutindo, ouvindo vocês, aprendendo e conversando sobre essa temática. Esse dia para mim é de muita reflexão. Mais um aniversário e o primeiro aniversário sem o meu pai. Então, é dia de bastante reflexão. Eu tenho 21 anos de Prefeitura, costumo dizer que sou, em primeiro lugar, médico, em segundo lugar, funcionário público, em terceiro lugar, com muito orgulho, funcionário da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. É nesta condição que vim para cá de forma transparente. Às vezes alguns colegas, no debate mais forte, mais violento, tentam descaracterizar, desqualificar o debatedor a partir disso, mas isso, para mim, é uma situação transparente, e esse é um dos motivos que me motivam a estar aqui, portanto tenho muito orgulho disso.

Tenho a obrigação, depois de ter estudado um pouco esses números em outra concepção, a partir de indicativos da Controladoria-Geral do Município. Isso eu fiz nas últimas duas semanas e tive algumas surpresas. A primeira surpresa é que o mantra... O Prefeito é movido por mantras, então temos que aqui nesta tribuna, na Cidade, nas ruas da Cidade, nas repartições públicas e privadas da Cidade, nos parques e praças, temos que desfazer esses mantras. O primeiro mantra é de que a Cidade está quebrada. Isso

não é verdadeiro. A Controladoria – não é o Thiago que diz isso – da Prefeitura, um órgão independente, pelo menos até o momento, pois a gente sabe como funcionam as relações com este Governo, não é perseguido até o momento, a Controladoria do Município mostra que em 2017 houve um superávit de R\$ 163 milhões. É isso que a Controladoria do Município está mostrando. Ou seja, quero dizer com isso que tinha inclusive recurso para pagar o 13º salário; e o Prefeito foi pedir empréstimo em banco, e havia dinheiro para pagar o 13º salário. Então não é verdade que a Prefeitura está quebrada, é uma inverdade. Até porque, se estivesse quebrada, não compraria uma mídia, um contrato de publicidade de quase R\$ 6 milhões nesse momento. Isso aqui é do Diário Oficial do Município de agora. E aí a gente entende porque algumas notícias estão saindo da forma com que estão saindo. Então, não está quebrado. O segundo mantra é que o problema da Prefeitura são os funcionários da Prefeitura, e, especialmente, os concursados e os estatutários da Prefeitura. Isso está errado também, não é verdadeiro. Mas isso quem diz não sou eu, é o Prefeito que diz isso! É o Prefeito que diz isso, quando ele fala para o Tribunal de Contas que Porto Alegre atingiu 43% com os gastos do funcionalismo, longe do limite prudencial de 51%. É o Prefeito que está dizendo quando informa ao TCE, não sou eu. Então, a inverdade já se contradiz pelo próprio autor. E a terceira questão que eu quero deixar clara é o mantra de que precisa de recursos porque, senão, não vai ter os serviços, que não vai pagar o salário dos funcionários e, por isso, precisa aumentar o imposto. O nome do projeto não é revisão da planta do IPTU; é aumento de imposto, é aumento do IPTU. Aumento significativo no 1º ano; aumento no 2º ano e, no 3º ano, corrige os valores. Nenhum de nós, Vereadores, é contrário à correção das distorções dos valores, mas aumentar o IPTU é onerar ainda mais a classe média, que não aguenta mais isso. É mentira o que estão dizendo para as pessoas. E um projeto que tem imoralidades, imoralidades. Ninguém aqui é contra diminuir a taxaçoão do setor produtivo se for para gerar mais imposto, mas não à custa da classe média de novo, não à custa da classe média. Diminuir a taxaçoão de grandes bares, hotéis e restaurantes do Centro da Cidade, à custa de aumentar o IPTU na Restinga, com o meu voto não vai fazer! Diminuir a desoneração de terrenos baldios, para beneficiar a construção civil e, na outra ponta, aumentar o IPTU da Tristeza, do Cristal, de Ipanema, com o meu voto não vai fazer, não vai fazer! Então, é muito clara a ação: perdeu o projeto no ano passado aqui, entregou para os grandes empresários, eles fizeram a parte deles nos projetos e

devolveram para a Câmara Municipal. A Câmara Municipal, infelizmente, essa era a nossa base de recurso, quando recorremos aqui à priorização, está sendo totalmente pautada, de forma não independente, pelo Prefeito Municipal!

Eu quero deixar muito claro esse meu posicionamento com relação, principalmente, a esses projetos, quero agradecer a presença de vocês, do DIEESE, vocês nos iluminam, vocês nos orientam, vocês nos informam, e esclarecer à população de Porto Alegre que esteja alerta, aos municipais que estejam alerta, para que nós não retrocedamos na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde Presidente José Freitas, economista Anelise, do DIEESE; Adeldo, ex-juliano; eu, na verdade, queria usar a palavra para dizer, Thiago, que esta Sessão é importante, mas a gente vê, pela composição do plenário, a ausência do Governo. Os Vereadores do Governo não estão aqui, os Vereadores do Governo não vêm para o debate, por quê? Numa reunião em que tem uma análise do DIEESE, uma apresentação do DIEESE, os Vereadores do Governo teriam a obrigação de vir. É uma irresponsabilidade, é um Governo irresponsável, o Governo Marchezan é um Governo irresponsável. Os servidores públicos votaram uma paralisação, uma greve, não sei por quanto tempo vai ser, na assembleia desta semana, começa na segunda-feira, e o Governo aposta no quanto pior melhor! É assim que o Governo governa; o Marchezan governa assim. Então, claro, eles não podem vir para um debate como este porque eles não querem o debate público. Eles querem aproveitar um certo senso comum que existe num setor da sociedade para tentar governar se apoiando num senso comum atrasado. Qual é o senso comum atrasado? O senso comum atrasado é aquele que acredita que os problemas da sociedade, que há um inchaço no Estado, um inchaço na máquina pública, e que é preciso eliminar o servidor público. Existe um setor que pensa isso. E o Governo Marchezan quer se apoiar nisso. E isso é falso! E o debate público provaria que isso é falso. Então, eles não querem debater. Eles não querem debater porque é um Governo que quer esconder a verdade!

A Sofia falou do desmonte do DMAE, nós já sabemos que teve um desmonte do DEP, que teve corrupção no DEP antes e depois o desmonte, aproveitaram a corrupção para desmontar o DEP. O DMAE eles estão desmontando, com problemas terríveis de gestão. Na assistência social, as denúncias que eu recebo é de que a Prefeitura, os Guardas Municipais, ao invés de resolverem os problemas dos moradores de rua, eles desmontam as pequenas proteções que as pessoas fazem, nas casas, o que é incrível, tem casas sem teto, na rua hoje tem casas sem teto, e mandam as pessoas se virarem. Essa é a política que tem para assistência social. É uma situação, como diz o Ver. Janta, é um Governo que despreza o pobre, que não gosta do pobre, que ataca os pobres e ataca os servidores públicos. Então, os Vereadores do Governo não vêm debater, e escondem os dados, além do mais. Então, há uma situação muito grave na Cidade, porque é um Governo irresponsável. E aqui na Câmara nós temos uma disputa, e uma disputa que vai começar com mais força na semana que vem. Nós temos cerca de 15 ou 16 Vereadores que têm uma posição firme, que têm sido contrários aos projetos de desmonte dos serviços públicos levados adiante pelo Governo Marchezan; tem cerca de 16 Vereadores que estão aceitando esse desmonte, essa é a verdade, e nós temos 4 ou 5 Vereadores em disputa. Essa disputa está na Câmara! Nós, infelizmente não temos uma maioria que permita... Qual é a situação na Cidade? Tem um Governo que é um governo de desmonte do serviço público, é um Governo que só confia em esquemas empresariais, quanto maior o esquema empresarial mais esse Governo confia. O Prefeito Marchezan tem um fetiche, uma ideologia de que os grandes empresários são aqueles que provaram serem bem sucedidos, e são esses que devem enviar à sociedade. Então, tudo que vem dos grandes empresários ele acha bom, e o que vem do serviço público ele acha ruim. Esse é o Governo. Infelizmente, não temos a força porque nós não temos a maioria da Câmara de Vereadores para mudar a agenda da Cidade. Então, a Câmara de Vereadores fica paralisada, nós estamos com a Câmara paralisada, e esta Câmara de Vereadores é ainda mais paralisada porque, quando tentamos algo, o Governo vem com os seus pacotes para impor uma pauta na Câmara, que é uma pauta de retrocesso em todos os terrenos, é uma pauta de retrocesso em relação à política tributária, uma pauta de retrocesso em relação às estatais, é uma pauta de retrocesso em relação à assistência pública, é uma pauta de retrocesso a servidores. E nós estamos, de uma certa forma, paralisados, porque não conseguimos maioria, infelizmente não conseguimos maioria. Não sei se

vamos conseguir convencer um número maior de Vereadores para que comecemos a pautar a Cidade, a colocar uma pauta positiva. Hoje, infelizmente, não é assim. Como nós não temos essa maioria, temos que exercer uma política de resistência. Mas é importante que as pessoas saibam. Aqui, hoje, por exemplo, só estão representados esse grupo dos 16 Vereadores que estão tendo uma política de resistência, são os que estão aqui, participando de um debate do DIEESE. Eu confesso, Adelto, que acho que vocês do Simpa teriam que provocar mais esse debate. Vocês teriam que aproveitar e encher a Casa, encher a Câmara de Vereadores, mostrar que vocês querem fazer esse debate, o debate das finanças. É muito importante isso. Eu sou consciente, não sou dos que não acham que não exista crise, acho que tem uma crise fiscal também, é uma crise nacional. Nós, há muito, temos uma crise nacional, nós temos um País onde boa parte da riqueza e dos rendimentos estão indo drenados para o capital financeiro, e isso se expressa de todas as formas, se expressa na dívida, no pagamento dos recursos estaduais para a União, se expressa nos altos juros, se expressa nos juros desde a pessoa física, cartão de crédito, crédito rotativo, se expressa em pessoa jurídica, o capital de juros. Os juros são caros no Brasil, então o capital financeiro está ganhando. Isso tem drenado riqueza da sociedade para o capital financeiro. O problema nosso é que temos governantes que defendem essa lógica. E, no caso do Município, o governante que defende essa lógica e que, além de tudo, quer fazer um serviço, determinado para a lógica de exploração que o País tem, que é o seguinte: como há uma lógica de reduzir ainda mais os salários da classe trabalhadora, tanto o salário direto quanto o salário indireto, esse Governo quer reduzir o poder aquisitivo dos servidores públicos, quer diminuir o salário dos servidores públicos para ajudar a baixar ainda mais os salários em geral. O grande modelo deles é este: não aumentar o consumo, não aumentar a renda, mas aumentar a exploração e aumentar a capacidade do capital financeiro de determinar os rumos da economia e da política. Então, nós temos um trabalho de resistência muito duro para fazer, mas eu estou convencido de que nós podemos ganhar. E o trabalho do DIEESE nos ajuda, porque ele coloca o debate público em primeiro lugar, coisa que o Governo, infelizmente, não tem feito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Roberto Robaina. O Sr. Adeldo Rohr, representante do Simpa, está com a palavra para as suas considerações finais.

SR. ADELTO ROHR: Acho importante trazer alguns elementos para o debate, para que a gente possa, de fato, acompanhar um pouco mais de perto como se dão as coisas. Para informação dos Srs. Vereadores, os colegas municipais que estiveram na assembleia sabem, o retorno da pauta da data-base, que foi protocolada no dia 24 de abril, nós recebemos no SIMPA depois das 18h, no Galpão do Gaúcho, que era o local da nossa assembleia. O Governo entregou a pauta negando o reajuste que a gente solicitou, que era o atrasado do ano passado mais o percentual da inflação do ano passado para cá. Dessa forma ele tem trabalhado e ele diz que dialoga conosco. Nós reiteramos com inúmeros ofícios solicitando agenda para discutir a pauta da data-base e outros assuntos que estavam pendentes, entre eles, o controverso novo edital de licitação para o nosso plano de saúde, que criou um alvoroço dentro da Prefeitura. Nem as secretarias recebem o Simpa para tratar das pautas, que são pautas corriqueiras de funcionamento e atividades que os servidores gostariam de discutir com as secretarias e os órgãos. Salvo a FASC, que tem um grupo, digamos assim, mais organizado e tem feito uma pressão maior. A direção da FASC até tem recebido tanto o Conselho de Representantes como o Simpa, para fazer a discussão de algumas pautas específicas, algumas questões sem muita produtividade de encaminhamento.

Eu queria fazer um aparte sobre alguns elementos apontados. No relatório do TCE de dezembro – ficou pendente todo relatório de junho para cá –, eles fizeram análise do ingresso de receita e despesa do dia 1º ao dia 20. Obviamente que, com aquele recurso, como tinha o parcelamento de dezembro, se tu fizeses essa análise individualizada, vai faltar recurso, não vai ter dinheiro. E ele foi feito dessa forma. E nós, enquanto Simpa, entendemos que ela foi direcionada para o TCE poder justificar, de forma tranquila e Governo dizer que não tinha recurso para naquele período, mas a gente sabe do ingresso, do dia 20 ao dia 30 de dezembro, que ocorreu no dia anterior, inclusive, com três dias de atraso no pagamento do 13º salário. Então, são questões que temos que levantar e que vamos buscar com o DIEESE, inclusive para saber o resultado da primeira inspeção que solicitamos no ano passado e que não foi conclusiva para nós, mas que é importante para justificar a análise dos recursos. Este é um dos problemas que temos

quando buscamos informações no portal Transparência, porque o ingresso de receitas e despesas é colocado de forma diferenciada: a despesa entra praticamente *on-line*, mas a receita com seis, sete, oito até dez dias de atraso, e isso para fluxo de caixa dá uma diferença brutal e que justifica o discurso do Governo de não ter dinheiro em caixa. Quando fizemos a solicitação para ele apresentar o extrato das contas vinculadas, para vermos os recursos vinculados, que são os carimbados – sabem o que ele anexou no processo do TCE? Ele anexou o extrato da Caixa Federal, do Bannisul e do Banco do Brasil, e não são esses extratos que queremos; queremos o extrato das contas vinculadas da Prefeitura, para vermos o saldo diário dessas contas, para vermos onde o dinheiro está depositado. No banco, pode ser qualquer dinheiro, está tudo misturado! Tem que ser na conta individualizada da Prefeitura, e o Prefeito colocou dessa forma para que a gente não consiga acompanhar. Para os senhores terem uma ideia, foi negada a pauta da data-base, novamente, dos servidores, mas os contratos de fornecedores tiveram, em média, um aumento de 7%. Vários contratos com os fornecedores foram negociados; na CEFOR, o Secretário apresentou que muitos contratos foram renegociados e conseguiram reduzir o valor, mas ele não disse que em uma boa parte eles aumentaram em 7%. O Secretário poderia trazer, no próximo quadrimestre ou bimestre, quando apresentaria, um comparativo de quais contratos reduziram, quais aumentaram e fazer o balanço de quantos aumentaram e quantos reduziram. A alíquota da previdência, que aumentou de 11 para 14%, há um outro jogo que está colocado: a Prefeitura previa uma diminuição do aporte por volta de R\$ 32 milhões, lá no ano passado, no projeto quando foi aprovado, da forma como aprovado aqui na Casa. O juro, com o parcelamento do 13º salário no ano passado é de R\$ 18 milhões. Qual é a leitura que nós fizemos? Servidores públicos estão, com a alíquota da previdência, financiando o juro do 13º salário que o Prefeito está pagando para as instituições financeiras. É isso que está acontecendo. Só com a alíquota da previdência, nós estamos financiando os juros para as instituições financeiras.

E aí eu quero apresentar um outro dado, que dialoga com o projeto da previdência complementar. Na avaliação atuarial que o Previmpa fez, da alíquota previdenciária, na avaliação atuarial que ele apresentou no projeto da previdência complementar, vocês sabem qual foi a alíquota que eles colocaram lá, calculada para o Governo? Na Lei Complementar nº 723, a alíquota patronal para o regime capitalizado é dezoito vírgula alguma coisa, e mais 5,18% de alíquota suplementar. Eles colocaram na avaliação

atuarial 15%, para chegar nos 33% do cálculo atuarial projetado pela avaliação atuarial. Então, ele aumentou 3% o nosso, diminuiu 3% no patronal, e, na avaliação atuarial do mesmo processo da previdência complementar, a alíquota patronal que ele coloca do regime de repartição simples são os 22%, que é a regra normal, que é para ter da alíquota. E eu tenho divergência, inclusive, com aquela alíquota suplementar de 5,18% com alíquota patronal de 18%, que deveria ser 22% e a suplementar ser 1,8%. Bom, mas isso é outro objeto de discussão. E aí eu queria colocar para vocês: de 7 mil servidores do regime capitalizado, que ingressaram a partir de 2001, a média salarial da Prefeitura, que tem quase 90% dos servidores na Administração Centralizada, é de R\$ 6.146,00; o teto do regime geral é R\$ 5.645,80. A previsão de 1.32 salários, que é o corte para que tenha uma regra transitória para participar da previdência complementar, é R\$ 7,6 mil. Então, o salário médio da Prefeitura... E aí nós temos, acima desse corte, somente no DEMHAB, 80 servidores com média salarial de R\$ 8 mil, e, na Câmara Municipal, com a média de salário de R\$ 11.800,00. O resto tudo abaixo disso. Ou seja, ele está justificando a previdência complementar para reduzir os custos com previdência do Município, quando ele propõe uma previdência complementar que vai falir, porque ele propõe um aporte de R\$ 10 milhões e vai gastar, só com salário dos diretores, quatro diretores por ano, por volta de R\$ 1,4 milhão em salário, e mais a estrutura financeira. Em quatro anos, ele extingue esse fundo que ele vai aportar para o início, e não vai ter recurso para captar, porque os salários novos são menores do que essa média que o Governo indicou. Por quê? Porque aqui começaram a ingressar servidores em 2001. Então, muitos deles têm dois ou três avanços para chegar nessa média. Para vocês terem ideia de quais informações chegam aqui. E é dessa forma que o próprio Conselho de Administração do Previmpa tem feito a discussão. Não chegou para o Conselho de Administração todo o processo administrativo da discussão do projeto da previdência complementar e nem dos outros que tratam da previdência, em que o Conselho de Administração fez a discussão lá. Por isso, a manifestação do Conselho de Administração do Previmpa não fez relação a esse elemento, ele colocou outros apontamentos, e os do ano passado foram feitos com uma discussão de forma isolada.

E aí eu queria pontuar um último elemento, que é sobre o PLCE nº 008, que é o antigo PLCE nº 011, o significativo valor de diferença do salário. Quanto ao nível superior, nós fizemos uma projeção simples do salário inicial. Um técnico de nível superior, ele arranca

num salário inicial de R\$ 6,7 mil – salário inicial com regime. Com 30 anos de carreira, ou seja, dez avanços, na regra atual, ele, em média, vai ter R\$ 10,4 mil de salário de aposentadoria, com 30 anos de serviço público no Município – nesse cálculo eu não considere algumas gratificações setoriais que existem para os técnicos de nível superior. Pelo projeto do Governo, esse salário vai chegar, lá no final de carreira, sem o regime, a R\$ 4.421 mil, porque ele sai de R\$ 2.257 mil, que é o salário dele, mais os avanços propostos, 3% a cada cinco anos, em 30 anos, ele vai ter seis avanços, chegando a um salário final de R\$ 4.421, isso porque, dentro desse cálculo aqui, está a Gratificação de Incentivo Técnico, que é a GIT, que estava calculada lá no outro salário também. Então é isso que nós estamos discutindo dentro do PLCE nº 008. Não dá para discutir isso em regime de urgência; temos que fazer uma análise mais precisa e mais aprofundada. A perda que um técnico de nível superior e um professor N-5 terão no seu salário é por volta de R\$ 6 mil na carreira, por esse cálculo simplesinho, de fazer a conta do que a gente vai ter. Hoje o salário final deles seria por volta de R\$ 3,5mil a R\$ 4 mil, não chegando a R\$ 5 mil, ou seja, abaixo inclusive do teto do Regime Geral da Previdência, a proposta de salário que o Prefeito está apresentando para nós.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Muito obrigado, Sr. Adelto Rohr. A Sra. Anelise Manganelli está com a palavra para suas considerações finais.

SRA. ANELISE MANGANELLI: Agradeço pela paciência e pelo espaço para poder compartilhar, porque, às vezes, a gente faz vários estudos, levantamentos, e não encontra um espaço. Lamento, infelizmente, por não ter também, como vocês falaram, o outro lado, mas saio daqui agradecida, na consciência de que a gente tem a coragem de fazer o debate – acho que o Ver. Robaina falou bem neste sentido.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Agradecemos a presença do Sr. Adelto Rohr, representante do Simpa; e da Sra. Anelise Manganelli, economista do DIEESE. Esta Casa está sempre à disposição com as portas abertas. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h17min.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): (17h18min) Estão reabertos os trabalhos. Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h19min.)